

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE.** -----

-----**ATA NÚMERO CENTO E SETE**-----

----- Aos dezanove dias do mês de maio de dois mil e vinte, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência, em Sessão Extraordinária, segunda reunião, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, António Manuel Pimenta Prôa, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques,

Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Ana Filipa Carvalho Neto, Rosa Carvalho da Silva, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Pedro Miguel Tadeu Costa, Natacha Amaro, Susana Maria da Costa Guimarães, Bruno Miguel Martins Louro, José Roque Alexandre e Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- José António Cardoso Alves.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- André Nunes de Almeida Couto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Bruno Miguel Martins Louro. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Diana Isabel Bechet Vale. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista.-----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz. -----

----- Paula Inês Sousa Real (PAN), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Filipa Carvalho Neto. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva e pelo Senhor Vereador Ricardo Veludo. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, João Pedro Abreu Costa, Nuno da Rocha Correia e Ana Rita Costenla.-----

----- Às quinze horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos iniciar a sessão, está iniciada a sessão.-----

----- Peço à Segunda Secretária Virgínia Estorninho para ler o Voto de Pesar. “-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **VOTO DE PESAR n.º 107/01 (PPM) – (Subscrito Por todos os Grupos Municipais PPM; PS e MPT) VOTO DE PESAR “JOSÉ CUTILEIRO”;**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra leu o Voto de Pesar por “José Cutileiro”:-----

----- “*José Pires Cutileiro nasceu a 20 de Novembro de 1934, no concelho de Évora, estudou Arquitectura e Medicina em Lisboa, tendo-se diplomado em Antropologia Social. Doutorou-se na Universidade de Oxford, em Inglaterra.*-----

----- *Em 1974, a convite de Mário Soares, juntou-se ao serviço diplomático, exercendo as funções de embaixador em Maputo e Pretória. Entre 2005 e 2014 foi Conselheiro Especial do então presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso.*-----

----- *Apesar das constantes saídas do país, fruto das funções que desempenhou, manteve sempre uma forte ligação ao país-natal.*-----

----- *Resumiu numa simples frase a sua visão sobre o seu exercício de funções enquanto diplomata: “Os diplomatas servem para impedir que haja guerras”.*-----

----- *Destacou-se ao longo da sua vida ainda como cronista e escritor, José Cutileiro foi ainda um dos negociadores da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) e integrou a equipa de coordenação da Conferência de Paz para Jugoslávia, em 1992. Foi um dos primeiros portugueses a serem recebidos por Nelson Mandela, quando este saiu da prisão.*-----

----- *José Cutileiro marcou a vida nacional através da imprensa como cronista dos jornais “O independente” e “Expresso”.*-----

----- *José Cutileiro faleceu no passado sábado dia 17 de maio em Bruxelas onde estava internado, tinha 85 anos e deixa-nos certamente esta importante marca que vai muito para além de carreira de antropólogo, diplomata, poeta, cronista e escritor e que se pode resumir com a rara qualidade de um português com grande visão do mundo.*-----

----- *O Grupo Municipal do PPM-Partido Popular Monárquico propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão plenária no dia 19 de maio de 2020, manifeste o seu mais profundo pesar, guardando um minuto de silêncio e dando conhecimento à família.*-----

----- *Pelo Grupo Municipal do PPM.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. Vamos votar.”-----

----- **O Voto de Pesar 107/01** não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM e dos Deputados (as) Municipais Independentes António Avelãs, Teresa Craveiro, Joana Alegria, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rui Costa, Rodrigo Mello Gonçalves e Raúl Santos. **O Voto de Pesar 107/01 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT e dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar, Patrícia Gonçalves e Paulo Muacho nesta votação) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade e eu proponho que façamos um minuto de silêncio.” -----

----- (Neste momento foi feito um minuto de silêncio por “José Cutileiro” na Sala do Plenário)-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigado, vamos prosseguirmos, portanto, agora é a Proposta 173/CM/2020.”-----

----- **PONTO 1 – PROPOSTA 173/CM/2020 – SUBSCRITA PELO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL JOÃO PAULO SARAIVA - APRECIACÃO DA PROPOSTA 173/CM/2020 - RATIFICAÇÃO DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2020 – INSCRIÇÃO DE SALDO NÃO CONSIGNADO 2019, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 3º-A DA LEI Nº 1-A/2020, DE 19 DE MARÇO, ADITADO ATRAVÉS DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 4-B/2020, DE 9 DE ABRIL;** -

----- (A Proposta 173/CM/2020 fica anexada à Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dava a palavra à Câmara e depois pedia ao meu colega António Avelãs que fosse dando a ordem das inscrições.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, peço desculpa, só para confirmar que eu tinha mandado um *e-mail* na semana passada com um pedido inscrição neste ponto, estão a considerar esse *e-mail* para este ponto, certo? Senão terei que me inscrever. Era só essa a dúvida.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os que estavam inscritos na semana passada para este ponto, pergunto se mantêm a inscrição os Deputados Luís Newton e Isabel Pires? -----  
----- E inscreveram-se os Senhores Deputados Ana Páscoa, Maria Luísa Aldim, Hugo Lobo, Miguel Santos e Aline Beuvink, que são as inscrições que, neste momento, tenho para este ponto. -----  
----- É claro que se houver mais inscrições, a questão é questão de as fazerem. -----  
----- Pergunto é ao Luís Newton e à Isabel Pires se mantêm as suas inscrições? -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “A Senhora Deputada Isabel Pires ainda não está mas virá entretanto e o Senhor Deputado Luís Newton mantém a sua inscrição.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Considere então a minha inscrição, se faz favor.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “ Senhor Presidente, peço desculpa, o PS só queria dizer que subscreve o Voto de Pesar sobre “José Cutileiro”. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Fica assinalado.” -----  
----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Posso então começar?” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Faz favor, tem a palavra o Senhor Vice-Presidente.” -----  
----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Ora muito boa tarde a todas e a todos. -----  
----- Então nesta Reunião traz-se à apreciação, de acordo com esta legislação produzida neste regime de exceção em que vivemos, a revisão orçamental de 2020, no fundo a revisão orçamental que incorpora o saldo de gerência de 2019 nas contas de 2020. Ele ronda os 359 milhões de euros, um pouco mais, não chegando aos 360 mil e tem uma que eu diria que é a componente virtuosa e é, no fundo, a transposição de um orçamento para outro da reserva de contingência que foi que construída e gerida ao longo de 2019, na perspectiva de que seria utilizada quando fosse necessário e se fosse necessário para fazer face às contingências jurídicas, nomeadamente, do processo Braga Parques, e uma parte, bem, a parte normal que também é salutar que aconteça, que faz parte da transição entre saldos de um ano para outro, e do fundo assegura os fundos de caixa necessários para fazer face a um arranque de um ano, e ainda aquilo que faz parte de um conjunto de insuficiências que é preciso ir corrigindo, mas que decorrem do facto de o município não ter a capacidade de execução que deveria para

os fundos que consegue gerar, isso vai sendo, tem vindo a ser resolvido, mas não à velocidade que a geração de receitas foi ocorrendo e, portanto, no fundo o resultado, os resultados transitados decorrem destes três fatores. -----

----- Portanto, o que é que, qual é o contexto em que esta revisão é feita? É um contexto, como todos sabemos completo de excecionalidade de uma situação em que nenhum de nós esperava vivê-la, mas sabemos todos também que acontecem mais ou menos com a rotação de um século, às vezes um pouco mais, situações de calamidade que, e para ir direito ao assunto da questão orçamental, que estimámos que impacto têm no Orçamento de 2020 na Câmara de Lisboa, em quebra de receita a cerca de 273 milhões de euros. -----

----- O que eu o que eu queria dizer é que impacta na receita com 273 milhões de euros em que o mais assinalável é no IMT que a nossa estimativa de perda de receita andarà à volta dos 115 milhões de euros, a taxa turística rondará a quebra de receita à volta dos 20 milhões. -----

----- Depois há um conjunto de iniciativas tomadas pelo Município, bem, desde logo o IRC impactará, e o IMI, nomeadamente em quebras de pagamento, não em quebra de receita, mas terá impacto certamente em termos de tesouraria, os impactos de receita far-se-ão sentir certamente muito mais no ano 2021, teremos a seu tempo que estar atentos a essa situação. -----

----- Depois há um conjunto de iniciativas, que fomos tomando ao longo das últimas semanas, como sejam iniciativas que tiveram a ver com isenções de taxas com moratórias no pagamento, na possibilidade do pagamento dessas taxas com a quebra numa série de vendas de património do município, com a quebra de taxas urbanísticas, isto tudo impacta em cerca de 27 milhões de euros no Orçamento. -----

----- Do lado da despesa também o impacto de 25 milhões de euros decidido pelo Município, por proposta da Câmara e a aprovação da Assembleia Municipal, portanto, eu diria, portanto, somando este impacto de despesa extraordinária e perda de receita em face do COVID-19 na ordem dos 52 milhões de euros, mas a perda de receita total do Município quer do lado da, digamos, o saldo negativo de todo este processo, quer em perder receita, quer em despesa, rondará os tais a 273 a 300 milhões de euros. -----

----- Portanto, é neste contexto que nós fizemos uma revisão orçamental, essa revisão orçamental a incorporar aquele saldo... Nos tais 359 milhões de euros a incorporar, a fazer face a esta quebra de receita, até porque uma das nossas prioridades definidas em termos de Município é mantermos os nossos níveis de investimento e, portanto, aí não fizemos qualquer corte, portanto, foi preciso desde logo rever aquilo que eram as despesas certas e permanentes e dotá-las, fazer as compensações e reforços decorrentes das alterações orçamentais que foram efetuados no COVID e, por outro lado, constituir uma reserva de contingência, agora não para, já não para fazer face aos eventuais custos associados à perda da ação com a Braga Parques, ou pelo menos pelo impacto dessa mesma ação, e, portanto, essa reserva de contingência passou a ter uma outra natureza que foi uma reserva, como neste momento são estas projeções que eu vos acabei de apresentar ainda são muito incertas, ainda são umas projeções da primeira análise de uma situação como eu referi no início e repito, todos

desconhecemos os seus verdadeiros e reais impactos e, portanto, temos que ir corrigindo estas previsões ao longo do tempo e, portanto, encontramos nós que a forma de o fazermos não era revermos já em baixa o orçamento, mas sim, e depois andarmos a fazer revisões sucessivas em alta ou em baixa, em face da concretização da realidade e da correção das projeções que agora fizemos, mas sim constituir uma reserva de contingência no valor de 238 milhões de euros, que não é mais do que a prevenção e o acordar em termos orçamentais de forma preventiva, aquilo que é uma parte significativa da perda de receita, de forma a conseguir equilibrar o Orçamento.---

----- Portanto, esta foi a construção que fizemos, ela garante aquilo que, penso que a todos nos motiva sobre a execução orçamental, para além da qualidade do investimento e a qualidade da execução orçamental em face das necessidades da Cidade e dos munícipes que nela residem e de todos aqueles que desenvolvem as suas atividades na cidade de Lisboa, mas também a transparência destes processos e, portanto, esta reserva permite-nos manter essa mesma transparência, porque se todas as alterações feitas a respeito das revisões em alta ou em baixa daquilo que forem as nossas projeções, terão reflexo nessa mesma reserva e, portanto, será transparente para todos que o Executivo Municipal estará a rever as suas previsões de receita em alta ou em baixa por alterações a esta mesma reserva ao longo do tempo, portanto, todos ficarão a saber, não será algo que possa ser disfarçado na execução orçamental, e começa por aí também uma das nossas principais preocupações com este mecanismo, de que ele fosse transparente e que ficasse claro para todos que as alterações que fizéssemos em face dessa correção de expectativas fossem transparentes para todos.-----

----- E de uma forma geral numa primeira análise o documento é fácil de verificar quais são as unidades orgânicas sobre os quais estão a haver acréscimos ou diminuições e, portanto, eu fico à vossa inteira disposição para todas as questões que entendam colocar em pormenor, ficando a explicitado desde já quais foram os pressupostos que levaram a esta construção deste forma do Orçamento do Município, após a revisão, a incorporação da revisão de 2020 e, portanto, que incorpora o saldo de 2019. Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton e prepara a Senhora Deputada Ana Páscoa.-----

----- Deputado Luís Newton, o PSD dispõe de 13 minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, não vos iremos maçar com tanto tempo, Senhor Secretário.---

----- Ora Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores.-----

----- O momento em que a Câmara Municipal nos apresenta a primeira revisão orçamental constatamos que é apresentada numa dimensão muito mais ampla que a

mera integração do saldo de gerência, o exercício que a Câmara nos propõe o é o de antecipar todos os problemas financeiros que identificam em Lisboa atualmente com o COVID, ora logo aqui nos deparamos com duas realidades diferentes, em primeiro lugar a estimativa da perda das reservas não corresponde aos anunciados cofres cheios de há poucos meses atrás e, por outro lado também não é menos verdade que também não se podem antecipar os verdadeiros prejuízos neste período, porém esta visão de antecipar endividamento como solução pode não ser prudente. -----

----- Isto significa que esta revisão é por isso mais do que um provisionamento seguro, é um exercício muito especulativo, não obstante não nos iremos opor, porém temos reservas que nos impedem de votar favoravelmente, por isso, entendam esta abstenção ainda assim como um voto de confiança na gestão financeira neste período, confiança essa que pretende apenas não obstaculizar qualquer necessidade que a Câmara tenha e que encontre respaldo nesta revisão, mas que não encontra do nosso ponto de vista satisfatórias respostas nas informações prestadas. Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Deputada do PCP Ana Páscoa, prepara a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim. -----

----- Deputada Ana Páscoa, por favor, o PCP e dispõem de 11 minutos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos, queria em primeiro lugar saudar todos os presentes e desejar que continuem todos bem. -----

----- A proposta número 173/2020, que agora discutimos, decorre do imperativo legal de submissão à Assembleia Municipal para retificação a 1ª revisão orçamental de 2020, inscrição do saldo de gerência não consignado de 2019, saldo que representa receita não consignada destinada ao reforço do orçamento de capitais próprios. -----

----- Nos termos legais, esta incorporação através de revisão orçamental, deve ser feita após a aprovação do mapa de “Fluxos de Caixa”, requisito legal obviamente cumprido pela Câmara, que também instruiu o processo com todos os outros documentos necessários a uma apreciação por parte desta Assembleia, e que constituem os anexos da proposta. -----

----- Sendo esta uma situação que decorre da lei, podemos interrogar-nos sobre qual o sentido de intervenção nesta matéria, porque não deixar passar simplesmente. Para o PCP nesta e em todas as outras matérias de interesse para a cidade, não podemos deixar de interrogar o executivo camarário sobre as opções políticas que subjazem a este saldo, visando obter alguns esclarecimentos para uma tomada de posição coerente com a nossa prática. -----

----- Assim, a primeira constatação que podemos fazer, à semelhança do que já fizemos em reunião de Câmara, refere-se à dificuldade de consulta deste tipo de documentos, pela ausência de qualquer nota explicativa dos mesmos. Aliás, esta dificuldade já foi por nós referida no passado, embora se continue a realçar o rigor



que os documentos financeiros apresentam. Acresce-se que, devido à situação de confinamento que estamos a viver, não foi possível a reunião da comissão de finanças com o senhor vice-presidente, o que também contribui para a dificuldade de um maior esclarecimento. -----

----- Analisando os dados fornecidos, e verificando que estamos a falar de um saldo muito significativo no Orçamento, 370 milhões de euros, constatamos que estamos perante uma situação de taxas de não execução muito elevadas, (execução da despesa total em 64%, da despesa de capital em 44 % e do PPI em 36 %), isto é, são os valores de execução mais baixos dos últimos anos, o que deve obrigar a alguma reflexão sobre as causas daquela ocorrência. -----

----- Assinalar ainda que as maiores taxas de não execução se situam em áreas de importância capital para a cidade, em programas que têm que ver com a qualidade de vida e ambiente, como a habitação e urbanismo, tornando ainda mais difícil a vivência na cidade. -----

----- Importa também referir alguns aspetos menos claros na proposta em discussão. Da análise dos quadros constatamos que o sector do investimento, o PPI, apresenta uma elevada taxa de não execução, 230 milhões, mas a proposta apenas prevê para 2020 um reforço de 77 milhões, indiciando que também não haverá grandes condições (ou interesse) na sua execução. -----

----- Os quadros constantes da Proposta indicam também algum reforço de verba substancial para a Associação de Turismo e para a Web Summit, por exemplo, sem haver essa mesma preocupação com outros sectores vitais para a vivência na cidade. ---

----- Sabemos que este não é o momento de questionar a Câmara sobre as taxas de execução não realizadas, bem como sobre as políticas de reforço orçamental que serão necessárias, tendo também em conta a situação criada pelo Covid-19. Aguardamos, pois, a discussão do Relatório e Contas 2019 para uma análise mais detalhada. -----

----- Ficam aqui apenas alguns apontamentos, em síntese. Num ano em que o Orçamento apresenta a mais baixa taxa de execução dos últimos anos, não se percebe e não houve explicação suficiente sobre as razões da não execução, não se identificam os programas de investimento que mais contribuiriam para esta situação. Na reunião de Câmara também não foi claro o motivo pelo qual se reforça o PPI apenas com 70 milhões de euros, quando a sua execução em 2019 apresenta um desvio em relação ao orçamentado de 300 milhões. Finalmente, afectar mais de 200 milhões a reservas de contingência, mesmo tendo em conta os tempos que vivemos, plenos de incerteza e angústia, desloca decisões de afectação de despesa e investimento que deviam estar a ser pensados desde já. -----

----- Neste contexto e em consonância com as alegações expressas o PCP irá abster-se nesta proposta. Muito obrigada. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do CDS Maria Luísa Aldim e prepara o Deputado Hugo Lobo.” -----

----- A Senhora Deputada Maria Luísa Aldim, do CDS, tem 12 minutos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. Antes de mais muito boa-tarde Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Caros Deputados aqui presentes nesta Sessão. -----

----- Considerando que esta revisão do orçamento de 1019 acontece já em tempos de pandemia nós não conseguimos entender como é que as consequências desta realidade não estão espelhadas no documento que aqui estamos hoje a discutir, ou seja, nós sabemos que as receitas não vão ser as previstas, nós sabemos também que as despesas e as prioridades também já não vão ser iguais, também já mudaram e que aquilo que vemos neste documento é simplesmente um acrescento, ou seja, uma inscrição de 370 milhões de euros no saldo, inflacionando assim o orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2020 por um valor que transita dum ano para o outro, houve alguns ajustes, é certo, como explicou o Senhor Vereador, mas algo muito, muito, muito pontual e, portanto, acabam por inscrever a grande maioria deste valor contabilisticamente na rubrica da reserva de contingência e isto significa basicamente que estamos a passar um cheque em branco ao Executivo relativamente à execução deste valor, quando, na realidade aquilo que é pedido a qualquer órgão público é a transparência nas contas e a transparência no planeamento da política da cidade. -----

----- Não podemos, portanto, assim esquecer que o exercício e o planeamento orçamental não é um mero jogo de sorte ou azar, sem qualquer tipo de informação sobre os dados, mas é um compromisso de execução e, portanto, tem que ser, obviamente, o espelho das prioridades políticas que o Executivo aqui vem apresentar e no nosso entender está muito aquém da transparência e na informação que é exigida à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Portanto, isto dificulta na realidade aquilo que é suposto ser escrutinável do ponto de vista orçamental e, portanto, até mesmo olhando para as medidas apresentadas no âmbito do combate à pandemia do COVID-19, se nós vamos agora olhar para o orçamento 2020 nós não conseguimos perceber exatamente onde é que estão inscritas as rubricas para combater no fundo os efeitos daquilo que será os efeitos desta pandemia na nossa população. -----

----- Seria muito mais transparente se este exercício fosse feito com rigor e é aquilo que nós entendemos que é exigível à Câmara Municipal de Lisboa e, por isso questionamos os motivos que levaram ao Senhor Vereador das Finanças e todo este Executivo a optar por uma inscrição de uma rubrica e pequenos ajustes ou alterações no orçamento, em vez de fazerem uma revisão devidamente deste orçamento e em espelharem verdadeiramente aquelas que são as suas prioridades e as suas políticas orçamentais para o corrente ano de 2020. -----

----- Portanto, é preciso perceber exatamente que investimentos é que vão ser cortados e apoios é que afinal vão ser dados a quem mais precisa, numa análise detalhada desta revisão ou ainda, como queiramos chamar, detetamos algumas alterações que no

nosso entender precisam de ser clarificadas, existiu aqui um aumento de 5,2 milhões para processos judiciais sem a devida clarificação, existiu também um aumento de 3 milhões para a Carris, existiu uma duplicação de verba para a Web Summit, mas se somarmos todos estes valores foram poucas as alterações em comparação, ou nenhuma, para um fundo social de emergência, por exemplo, ou para o apoio à economia ou à cultura na nossa cidade e, portanto, nós não concordamos com esta forma de fazer orçamentos e não concordamos, obviamente, com as prioridades que aqui passam a estar espelhadas neste documento e, por isso, vamos votar contra.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do Partido Socialista Hugo Lobo, e prepara o Deputado Miguel Santos.-----

----- Deputado Hugo Lobo, o PS tem 16 minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa-tarde Senhor Presidente em Exercício, boa-tarde a todos os colegas. --

----- Queria deixar aqui a posição do Partido Socialista que é de concordância e de aprovação com a presente revisão orçamental.-----

----- Ao contrário do que aqui já foi dito, estamos perante uma revisão orçamental que, entre outras coisas providencia, portanto, um reforço do fundo de emergência social que, portanto, será, enfim, dotado em cerca de 25 milhões de euros.-----

----- Tenho portanto, muita dificuldade em perceber as críticas e as observações que dizem, portanto, que não é perceptível ou não é inteligível aonde é que estão a ser tomadas medidas, portanto, de enfim, para acautelar a situação causada pela pandemia do COVID.-----

----- Por outro lado, naturalmente que a criação da tal reserva de contingência, com certeza que ela sim é um primeiro passo que permite, obviamente, antever e portanto salvaguardar a ação da Câmara face a uma quebra muito previsível das receitas, que ainda não é possível estimar, e por outro lado, também assegurar a continuidade de um conjunto significativo de investimento que obviamente vão contribuir, portanto, para o relançamento da atividade económica, portanto, estamos aqui perante várias dimensões que me parecem todas elas atender à situação causada pela pandemia do COVID e por conseguinte, nós o grupo municipal do Partido Socialista apoiamos, portanto, esta revisão orçamental. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PAN, Miguel Santos e prepara Aline Beuvink.-----

----- O Deputado Miguel Santos do PAN tem 8 minutos por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Certo Senhor Secretário, muito obrigado. Boa tarde a todos! -----

----- Não obstante estar previsto pela lei do orçamento de estado para 2020, estamos aqui a ratificar a incorporação do saldo de gerência do ano passado, isto é, verbas não consignadas por diversas razões, antes de conhecer os relatórios de gestão. -----

----- Antes de conhecer a execução orçamental de 2019 e as suas diversas variáveis! ---

----- Desconhecemos as taxas de execução por eixo e por rubrica. Não sabemos quais os investimentos que ficaram por fazer e quais as razões para tal. -----

----- Além disso, estamos perante a 1ª revisão de um orçamento para 2020, face a dados de execução até final de março mas que, sabemo-lo aqui todos bem, vão ser completamente diferentes daqui para a frente, face à crise sanitária atual, que se transformará também em crise social e económica. -----

----- Esta crise sanitária, para além de toda a emergência que criou no curto e médio prazo, trará consequências sociais a longo prazo, a que Lisboa não estará imune, antes pelo contrário. Desde logo quebras de receitas por falta de atividade económica e social, pelo menos enquanto durar esta questão de saúde pública. A nível social trará consequências que nos farão recuar a 2010/2011/2012, com necessidades de ajudar os mais vulneráveis e afetados, enquanto as receitas também diminuem, com a cidade parada por várias semanas. -----

----- Compreendemos a necessidade de fortalecer os meios financeiros que necessitamos com urgência, mas solicitamos que venham a esta assembleia os relatórios de gestão de 2019, bem como uma verdadeira revisão orçamental para 2020 que consubstancie aquilo que são os impactos nas receitas previstos para este ano, e que há uns meses estávamos todos longe de imaginar.-----

----- As falhas de orçamentação e as rubricas não concretizadas por falta da taxa de execução, já sabemos que têm a várias razões. Eu queria só chamar a atenção para uma que tem passado ano após ano. -----

----- No mandato passado foi aprovado e orçamentado, assim se espera, a realização do programa do arvoredo, a aplicação que deveria resolver grande parte dos problemas que continuam a existir, neste momento, constantemente continuamos a ter os problemas do mandato anterior, que o Regulamento do Arvoredo nomeadamente esta aplicação, era suposto resolver, por isso estamos insatisfeitos com esta execução orçamental, razão pela qual iremos abster-nos e solicitar mais uma vez que sejam de forma claramente mais concretizados os programas que não vão ser executados e que ficam ano após ano de fora do orçamento. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM, e prepara a Deputada Teresa Craveiro. -----

----- A Deputada Aline tem 7 minutos, o PPM, por favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada pela palavra Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, boa tarde. -----

----- Discutimos hoje a proposta respeitante à ratificação da primeira revisão orçamental de 2020 e inscrição do saldo não consignado, estamos a apreciar a inclusão do saldo não consignado e a retificação da respetiva despesa. -----

----- Ora, começemos então pelo caminho até aqui chegados, Lisboa no pós-Troika suplantou de ano para ano a receita orçamental através de fundos providos fundamentalmente das vendas extraordinárias de património, como foi o caso dos terrenos da antiga Feira Popular e os terrenos do Aeroporto, crescimento da receita de IMI e IMT seja pelas atualizações e investimentos dos valores tributáveis quer pelo encaixe por verbas providas dos Vistos Gold. -----

----- Nos últimos anos bateram-se recordes de receitas também na cobrança, a famosa taxa turística que viu o seu valor duplicado e alargada a cobrança a passageiros de cruzeiros, a inclusão da Carris no perímetro municipal permitiu também à Câmara suplantarem os valores de receitas, para além dos mil milhões de euros nos últimos três anos, valores que cavaram uma larga diferença face aos segundos e terceiro maiores municípios e o montante de receitas, refiro-me por exemplo ao Porto ou a Vila Nova de Gaia. -----

----- Em paralelo com este crescimento altamente sustentado no aumento do turismo e no imobiliário Lisboa manteve a tendência de decréscimo da população e agravando o esvaziamento do centro histórico para número sem comparação na história de uma população de 800.000 habitantes passamos aos poucos mais de 500.000 atuais, cresceu a receita, cresceu a autonomia financeira e diminuiu consideravelmente a dependência do endividamento, mas ao mesmo tempo, aumentou a despesa, despesa fundamentalmente rígida e que colocará desafios ao Município num futuro próximo. --

----- Uma Câmara, principalmente de uma capital, não pode ter apenas receita para comportar despesas de pessoal, tem de ter capacidade de intervir com o investimento público e de atrair população, não me quero aproveitado os anos de folga orçamental para isso, coloco o Município de Lisboa como um dos principais candidatos a ser afetado por esta quebra na receita, que terá de compensar de alguma forma nesta nova, enfim, maneira de confinamento orçamental. -----

----- Chegados a esta revisão orçamental, Senhor Vice-Presidente, o que lhe começo por dizer hoje é que existe é claramente dois orçamentos, aquele que nos traz e o verdadeiro, que está muito longe deste lado da receita, mas muito menos, sabemos disso, mas também sabemos que positivamente esta alteração orçamental tem a benesse de incorporar o reforço do FES, o Fundo de Emergência Social no lado da despesa, apesar de o reconhecer o Senhor Vice-Presidente insiste num erro e apela à sensibilidade da emergência, o que o PPM lhe retribui é solidariedade e o apoio ao reforço do FES, mas solicita a urgência na apresentação da correção deste orçamento, sempre pela necessidade de crescimento da receita e por isso da minha parte não me

vai acusar de incoerência, pois não lhe recomendo os esbanjamentos em período de contenção.-----

----- No entanto, como sabemos, o Executivo do qual faz parte vai a votos, mas não vai sozinho, vamos todos no próximo ano e, por isso, em face da baixa execução do cumprimento das promessas eleitorais que o seu Executivo apresenta neste momento, poderá existir a tendência para não seguir este princípio! E aqui sejamos claros e frontais, prefiro saber hoje com que contamos e prefiro que sejam direcionadas verbas para salvar os nossos municípios do que salvar o seu Executivo, aqui se calhar discordamos, mas ainda bem que o fazemos! -----

----- Aliás, basta ver as quebras das receitas de dois meses passados para poder extrapolar o impacto, falamos de quebras de receita tangíveis na EMEL, CARRIS, GEBALIS, EGEAC, de cobrança de estacionamento, de rendas e de bilhetes e no caso da Câmara diretamente das transações IMT congeladas, as isenções de taxas de ocupação de espaço público e na original Taxa Turística Medina, cujas receitas irão ser muito próximas do zero no período citado, não nos consegue dar uma previsão ainda 100% correta, mas poderemos concordar que são perdas materiais, consistentes e irrecuperáveis na receita, quando a receita rígida da Câmara não é ajustada criam-se desequilíbrios e são esses que hoje gostaríamos de ver aqui vertidos, existem factualmente aproximadamente cerca de 370 milhões de valores que engordam a receita e dos quais cerca de 170 estão consignados a possíveis gastos com o processo Braga Parques, na chamada reserva de contingência, e quase 200 milhões resultam de valores não gastos e que transitaram para este ano.-----

----- O que desejamos é que estas margens cheguem para compensar as perdas já previsíveis! Os valores agora apresentados apontam para menos 270 milhões de receita até 300 milhões e, por isso, no universo municipal, passámos de 1,3 mil milhões de euros para o orçamento de perto de mil milhões. -----

----- Senhor Vice-Presidente, o eventual acionamento da reserva de contingência é incerto no futuro e esperemos que não tenha que ser acionado, mas esta quebra de receita é certa e misturar estas duas variáveis não é técnica nem politicamente correto, por isso votamos contra uma proposta irrealista e incorreta, uma alteração orçamental e uma revisão orçamental que são erradas, não podem contar com o nosso voto não se coloca sequer o benefício da dúvida nem a esperança, não é uma questão de fé, é um erro! Se o Município de Lisboa é muito sensível a expansões e contrações económicas, como o disse o Senhor Presidente da Câmara, os seus orçamentos devem refletir estas sensibilidades, esperemos que não seja prejudicada a democracia, nem aqueles que continuam a resistir e a habitar, trabalhar e investir nesta bela cidade com mais impostos, taxas e taxinhas. Disse.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Deputada Independente Teresa Craveiro, e prepara o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves. -----

----- A Deputada Teresa Craveiro dispõe de 7 minutos por acumulação de todo o tempo de 6 Deputados Independentes, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde Mesa, boa tarde Senhores Vereadores, caros colegas. -----

----- O grupo de deputados independentes dos Cidadãos por Lisboa votarão a favor da revisão do orçamento mas esta revisão orçamental de 2020, no entanto, considerando que futuramente poderá haver novas revisões, fazíamos um repto efetivo de poder discutir no âmbito do plano de atividades não só novas rúbricas mas acima de tudo o desafio que hoje se coloca na conjuntura de pandemia. -----

----- A cidade nos objetivos estratégicos contemplados de 2012, que são esses que pautam o plano de atividades também, para além da evidente do programa eleitoral da maioria, eles são claros, diziam que a cidade também era global, mas a cidade era inclusiva, nunca como hoje o grande desafio é o que fazer com os bairros nas comunidades para a cidade ser inclusiva, e mais do que a retoma, como reestruturar a economia nesta abordagem mais de proximidade. -----

----- Portanto, deixávamos aqui este repto que é como reaver ou reavaliar os objetivos estratégicos de 2012 numa conjuntura de pandemia, que ela não sabemos, que não é tão curta como isso, e que, portanto, podemos até colmatar o modelo de, por vezes, enfim, maximalista do turismo e de várias atividades para agora nos aproximarmos das comunidades e daquilo que é um quarto da população da cidade de Lisboa, que são os idosos, e nomeadamente também o rejuvenescer a cidade. -----

----- Portanto, deixámos aqui esse repto para podermos trabalhar ou discutir num debate mais alargado, com vários pensadores, sobre o desafio que está e cima da mesa, a Lisboa que é a cidade global, mas cidade que agora tem que voltar a ensimesmar-se e voltar-se a aproximar dessas comunidades que estão hoje ativas, para além do assistencialismo, o que podemos buscar de atividade económica nas comunidades e nos bairros. Obrigada. “-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Independente Rodrigo Mello Gonçalves, e prepara o Senhor Deputado José Inácio Faria. -----

----- O Deputado Rodrigo Mello Gonçalves tem 1 minuto e 10 segundos, por favor.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vereador das Finanças, Senhor Vice-Presidente. -----

----- Tinha aqui três questões para lhe colocar em relação à revisão orçamental, a primeira tem a ver com o reforço de verbas para processos judiciais que já foram aqui referidos em intervenções anteriores, qual a razão? -----

----- A segunda prende-se com a execução da receita do Casino de Lisboa, ou seja, de acordo com o anexo 4 estavam previstos, 6,3 milhões de euros e a execução é apenas de 0,9.-----

----- E por último, saber se ainda há no orçamento da Câmara, e qual o montante, verbas referentes à taxa municipal de proteção civil para devolver aos munícipes. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria, do MPT, e prepara o Deputado Rui Costa.-----

----- José Inácio Faria dispõe de 7 minutos, faça favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- Vou ser telegráfico, apenas para justificar porque é que o MPT se irá abster na votação desta proposta de revisão orçamental.-----

----- E assim será porque esta primeira Revisão Orçamental que nos é submetida mantém a mesma estimativa de receita e, conseqüentemente, o mesmo nível de despesa.-----

----- Ora sabemos que face à actual conjuntura, esta não pode ser a realidade e tratando-se agora de uma primeira revisão orçamental que contempla a inscrição de saldo de gerência não consignado em 2019, deveria reflectir esta nova realidade da pandemia do COVID-19, o que claramente não o fez.-----

----- E a realidade é que face a esta uma nova realidade económica, a que o Senhor Vice-Presidente se referiu, entendemos que esta seria a altura para reflectir a quebra de receita no orçamento, algo que executivo não está a fazer. De facto, e considerando que os últimos 3 meses a receita relativamente à taxa turística foi inexistente, o MPT entende que o executivo deveria contemplar essa situação nesta primeira revisão orçamental. Mas não o fez, e perguntamos porquê?-----

----- Neste ponto entendemos que esta revisão orçamental não é rigorosa e, por consequência, não é transparente.-----

----- Posto isto, não poderemos acompanhar favoravelmente o executivo camarário. Não iremos votar contra, tendo em conta o período excepcional que atravessamos, mas, Senhor Vice-Presidente, também não podemos aceitar que o COVID-19 seja pretexto para se aprovar tudo e mais alguma coisa, mesmo que ao atropelo das regras do rigor e da transparência, por isso na votação final iremos abstermo-nos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----



----- Tem a palavra o Senhor Deputado Independente Rui Costa que dispõe de 1 minuto e 10 segundos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Eu estou absolutamente surpreendido com o debate que acabo de ouvir. -----

----- Em primeiro lugar porque parece-me que os Senhores e as Senhoras Deputadas não estão a ter em consideração o contexto esta revisão orçamental e mais precisamente o contexto legal. -----

----- É uma revisão orçamental que segue as regras excecionais aprovadas de forma esmagadora no Parlamento e que tem que ver com a contabilização do saldo neste período específico do COVID, portanto, não colhem as críticas à falta de análise das demonstrações financeiras, porque não são devidas neste momento, não colhem as críticas do abaixamento da receita. Esta é uma revisão orçamental transitória e, aliás, isso depreende-se das declarações do Senhor Vice-Presidente, mas estou mais preocupado com uma coisa, é com os anúncios e as propostas de aumentos de despesa e diminuição de receita que continuam a ser feitas neste cenário, portanto, eu julgo que está a haver uma atitude altamente hipócrita por parte de boa parte das bancadas nesta Assembleia Municipal. -----

----- E eu francamente estou preocupado com a situação financeira da Câmara por isso é que propus em tempos e aqui aprovada por esmagadora maioria a contratação do empréstimo para fazer face a estes tempos difíceis e aproveitando a circunstância excecional do endividamento e julgo que isto não há uma forma séria de fazer política, nessa medida aprovarei esta revisão orçamental e espero que a Câmara encontre o mecanismo extraordinário de financiamento através de um empréstimo de boa parte da despesa que teve de efetuar nisto e dou o meu voto de confiança nessa matéria à Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não tenho mais pedidos de intervenção, dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa por favor.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, bem eu começava por dizer que refuto completamente toda e qualquer abordagem ou toda e qualquer insinuação que a nossa opção técnica, por não ter feito já de imediato uma revisão da receita em baixa possa ter qualquer intenção ou mesmo qualquer consequência ao nível das regras do rigor e da transparência com que sempre temos pautado a nossa construção e execução orçamental- -----

----- Portanto, eu gostava de dizer aos Senhores Deputados que não acompanham a estratégia de não fazer uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete oito, as que fossem necessárias, revisões orçamentais, cada vez que revissemos em alta ou em baixa em

função da execução de uma situação que nem eu nem nenhum dos Senhores conhece nem nenhum Presidente de Câmara e, aliás, temos visto, vários dos Ministros das Finanças por esse mundo fora, nomeadamente na União Europeia, onde o rigor e a transparência destes processos atingem, diria eu, um ponto alto dos processos de orçamentação e de execução orçamental, não sendo perfeitos mas atingem certamente um dos pontos mais altos do mundo, a apresentar as suas revisões orçamentais, os seus novos orçamentos no pós COVID sem terem como suporte dados fiáveis dos impactos quer na receita quer na despesa.-----

----- É um momento que todos reputamos quando nos interessa da maior incerteza e, portanto, não me parece, porque não me pareceu prudente, não nos pareceu prudente que ao fazermos uma revisão orçamental partíssemos de imediato para a redução da receita e, portanto, para uma revisão em baixa das receitas do Município, mas como quisemos ter como, aliás, temos tido em todos os últimos anos, um orçamento prudente, um orçamento que acomode uma expectativa de revisão em baixa e com um impacto muitíssimo negativo na receita do Município, utilizámos aquilo que era um mecanismo que já estávamos a utilizar para outros processos, que é o mecanismo da reserva de contingência para acomodar esta perda de receita nesta fase transitória, quando tivermos mais dados, dados mais certos e mais fiáveis sobre a verdadeira queda da receita acabou, neste momento temos fechado praticamente o primeiro mês de impactos sobre a receita, que é o mês de abril e, portanto, não é possível chegarmos aqui com grande certeza e começarmos a fazer revisões orçamentais, senão teríamos que fazer para ai umas cinco ou seis, e como nós, como não nos faz sentido utilizarmos o caris da revisão orçamental em momentos destes e estarmos a perder esse tempo, mas ao mesmo tempo termos a noção de que vai haver uma quebra na receita e, portanto, com um mecanismo transparente, porque cada vez que nós fazemos, nós não fazemos alterações orçamentais sem que haja escrutínio político e escrutínio público, todas as alterações orçamentais vão ao órgão próprio que a Lei manda, que é a Câmara Municipal de Lisboa, onde os Senhores Deputados têm, uns assento por via dos vossos colegas de partido ou do que quer que seja, de força política e, por outro lado, o documento passa a ser público e publicado no *site*, portanto, não me venham falar nem de falta de rigor e nem de falta de transparência, fomos muito rigorosos e dissemos neste momento a nossa estimativa de quebra de receita, são 273 milhões de euros, fomos muito rigorosos a dizer que o nosso pacote de financiamento para as emergências COVID são 25 milhões de euros e que abdicamos de receita no valor de cerca de 27 milhões de euros para, receita estimada, para também fazer passe face e para apoiarmos os problemas das entidades privadas que têm impactos, nomeadamente das atividades a da nossa economia da cidade, que têm impactos muito substanciais e, portanto, com quebra de receita também desse lado, numa soma total de 52 milhões de euros e, portanto, não me venham falar de falta de rigor e de falta de transparência!-----

----- Agora também não me venham pedir que nós percamos os nossos dias com revisões orçamentais todos os dias, quando temos outros mecanismos muito mais

expeditos, muito mais céleres, com igual transparência e com igual acompanhamento na parte da Assembleia Municipal e, portanto, não aceito essas críticas.-----

----- Nós estamos completamente disponíveis para todas as explicações que entendam colocar, obviamente não podemos dar explicações sobre matérias que não conhecemos e, portanto, colocam lá as dúvidas que entenderem que nós cá estaremos para as esclarecer.-----

----- Duas dúvidas, para terminar, que foram colocadas, uma sobre processos judiciais, não lhe vou dizer os processos judiciais porque isso jogaria a desfavor do Município, mas há alguns processos judiciais que se conta que o desfecho até ao final do ano, por isso o reforço das verbas das dotações nessa rubrica, e a outra questão concreta era a verba do Casino de Lisboa que nós até hoje nunca perdemos nenhuma verba do Casino de Lisboa, a execução ainda é baixa, mas ela até ao final do ano vai ser certamente a execução da totalidade das verbas do Casino Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----

----- Não há mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Bem Senhores e Senhores Deputados vamos passar então à votação da Proposta 173/CM/2020.”-----

----- **Proposta 173/CM/2020**, votos contra do CDS-PP/ PPM/ Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves -, abstenções do PSD/ PCP/ PAN/ PEV/ MPT/ Deputado Municipal Independente Raul Santos, votos a favor do PS/ BE/ Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. **A Proposta 173/CM/2020 foi aprovada por maioria.**-----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou posteriormente, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Na 107ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada a 19 de Maio de 2020, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes absteve-se na Proposta nº 173/2020, que pretende proceder a uma Revisão Orçamental para inscrição de saldo de gerência de 2019, no valor de cerca de 360 milhões de euros pelas seguintes razões:*-----

----- *A CML estima, para já, uma perda de receita de cerca de 273 milhões de euros, devido à pandemia de COVID-19, e o restante valor respeita a compromissos que transitaram de 2019 para o corrente ano, não estando associados ao contexto pandémico.*-----

----- *Ou seja, o objecto da proposta não se limita a inscrever o saldo de gerência de 2019, é mais amplo e falamos de um valor consideravelmente significativo, que representa uma estimativa que pode ter uma falibilidade muito grande, além de não se saber em concreto onde vai ser investido.*-----

----- Acresce o facto de, não obstante o rigor dos documentos financeiros, a proposta pecar pela ausência da respectiva nota explicativa, além de não se saber que áreas e projectos ficam a carecer de investimento. -----

----- Apesar de termos noção das dificuldades acrescidas que se possam colocar nestes tempos de pandemia, estão patentes algumas opções políticas do executivo com as quais discordamos. -----

----- Subsistem também várias reservas no que diz respeito à reduzida taxa de execução orçamental, nomeadamente no Plano Plurianual de Investimentos (a mais baixa dos últimos anos), na área do ambiente e da qualidade de vida e da habitação sem que a CML explique a razão para tal facto. -----

----- Desta forma, Os Verdes têm em conta o contexto actual do surto epidémico de COVID-19 e tempo de excepcionalidade que vivemos, assim como o contexto legal em que esta proposta é apresentada, mas face ao exposto e perante as reservas apresentadas, vimo-nos impedidos de votar favoravelmente, tendo optado pela abstenção.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos, que é a Proposta 176/CM/2020.” -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 176/CM/2020 – (SUBSCRITA PELO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA) - APRECIACÃO DA PROPOSTA 176/CM/2020 - MINUTAS DOS ADITAMENTOS AOS PRIMEIROS E SEGUNDOS CONTRATOS DE MANDATO E DO SEGUNDO E DOS TERCEIROS CONTRATOS DE MANDATO A CELEBRAR COM A LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., S.A., E ASSUNÇÃO DOS RESPETIVOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, COM REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2020, 2021, 2022 E 2023, COM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA O RESPETIVO AJUSTAMENTO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES DOS CONTRATOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 36.º E NA ALÍNEA B), NO N.º 1 DO ARTIGO 48.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, NO N.º 5 DO ARTIGO 5.º-A DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, NO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL, NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO E NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO;** -----

----- (A Proposta 176/CM/2020 fica anexada a esta ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passo ao Senhor Primeiro Secretário António Avelãs a palavra, penso que a Camara talvez queira falar também. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Dou a palavra à Camara, por favor.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Este pacote de adendas no fundo significam que o conjunto de ajustamentos aos contratos de mandato que o Município de Lisboa tem celebrado com a Sociedade de Reabilitação Urbana, SRU, eles traduzem, eles são afinações que de alguma forma vêm introduzir melhorias do ponto de vista processual, vindo de mecanismos como, por exemplo, o adiantamento, para que a empresa tenha a capacidade de como o Município fazer adiantamentos e pagar em prazos muito curtos, agora que a economia da cidade ainda está mais exigente e ainda é mais importante que o Município e todas as suas Empresas Municipais o que possam desenvolver pagamentos com prazos médios de pagamento muito baixos, mas dizia eu, também é o consubstanciar e mais um reafirmação daquilo que tem sido a política deste Executivo sobre as suas Empresas Municipais, de fortalecimento das suas Empresas Municipais, bem como do desenvolvimento da sua capacidade de investimento em face da distribuição entre aquilo que é a capacidade instalada na Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente no seu Departamento de Manutenção e Conservação permitindo a esse Departamento que se foque sobre as questões de manutenção e conservação da cidade, aliás, matéria a que todos reputamos da mais estrita importância para a cidade em todas as suas infraestruturas nos deem a confiança de manutenção e conservação e, por outro lado continuarmos a desenvolvermos a capacidade de investimento nas infraestruturas necessárias à cidade em diferentes áreas.-----

----- Ora para o concretizar desta estratégia, encontrou-se como uma das melhores opções, aliás, à semelhança de muitas outras cidades nacionais e internacionais, uma entidade com características específicas capaz de disputar no mercado alguns dos seus melhores técnicos e técnicos mais capazes nos mais diferentes áreas, para depois ser capaz de executar de forma o mais eficaz e eficiente essas mesmas intervenções na cidade.-----

----- E aí é isso mesmo estes contratos de mandato vêm mais uma vez robustecer a capacidade de intervenção da SRU, com a maior transparência, a maior clareza de informação à Camara Municipal e à Assembleia Municipal, todas as obras, todas as intervenções que a empresa vai fazer são mandatadas pela Câmara, é a Câmara e a Assembleia Municipal que decidem o que é que a Empresa vai fazer, como vai fazer, quais são os limites financeiros para cada uma dessas intervenções, e é isso mesmo que estamos aqui a fazer, e já agora não menosprezando toda a capacidade que desde o início sobre esta Empresa nomeadamente, mas também sobre todas as outras, existe monitorização e avaliação de qual é a sua capacidade instalada, quais são as suas execuções de cada um destes contratos de mandato, quer através da informação trimestral tem sido remetida à Câmara e à Assembleia e no caso da Câmara Municipal com a informação de todos os projetos, para que eles possam ser escrutinados pelos

Senhores Vereadores e depois devidamente, se caso existam dúvidas, devidamente solicitada informação para que seja apresentada com detalhe na Câmara Municipal. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente, eu começo por perguntar também aos Senhores Deputados Luís Newton e Rodrigo Mello Gonçalves se mantêm as suas inscrições que vinham da semana passada?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu prescindo Senhor Secretário. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu mantenho a minha intervenção.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então neste caso se o Senhor Deputado Luís Newton mantêm é o primeiro a intervir, portanto, vai intervir o Senhor Deputado Luís Newton e prepara a Senhora Deputada Natasha Amaro. -----

----- Deputado Luís Newton, do PSD, por favor, tem 3 minutos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- A posição do Partido Social Democrata nesta matéria histórica? Não concordamos com este modelo de gestão da SRU e iremos sempre, sempre votar contra, não iremos desclassificar nem sequer adjetivar, é o que é, e por isso continuaremos a votar contra. Disse.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a senhora Deputada do PCP Natacha Amaro e preparar o Deputado Diogo Moura. -----

----- A Senhora Deputada Natacha Amaro, por favor, tem 3 minutos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, boa tarde a todos, Senhor Presidente Senhores Secretários, Senhores Deputados. -----

----- É sobejamente conhecida a posição do PCP relativamente ao processo de criação da SRU e à forma como tem evoluído o seu funcionamento e estatutos ao longo do tempo. -----

----- Por várias vezes temos expressado aqui as nossas preocupações relativamente à cada vez menor transparência e conhecimento dos processos, à medida que cada vez mais obras - obras importantes, de fundo para o município – são entregues à SRU.-----

----- Dizem-nos que o escrutínio à SRU é possível e existente mas, para nós ter acesso e discutirmos anualmente o Plano de Actividades e Orçamento ou o Relatório e Contas é francamente pouco para a implantação e crescente afastamento da participação dos eleitos, quer na CML, quer na AML.-----

----- Além da questão da impossibilidade do exercício de fiscalização, mantém-se a nossa preocupação com o esvaziamento da Direcção Municipal de Projectos e Obras, limitando o papel do município quase ao de um mero balcão de licenciamentos. -----

----- A proposta que hoje aqui vem preconiza um conjunto profundo de obras, com avultados valores associados, que só reforçam todas as preocupações anteriormente expressadas. Daí o voto contra do PCP. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do CDS, Diogo Moura, e prepara a Deputada Irene Lopes.-----

----- Senhor Deputado Diogo Moura tem 3 minutos também.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, caros Deputados Municipais. -----

----- Como os anteriores partidos já referiram também é sobejamente conhecida a posição do CDS relativamente à SRU, contudo o Senhor Vice-Presidente falava sobre acertos nesta proposta, mas esta proposta traz também a coberto deste contrato de mandato duas obras estruturantes, a Avenida Almirante Reis e a zona de emissões reduzidas da Baixa/Chiado. -----

----- Quanto à Avenida da Liberdade quero lembrar o processo, esta zona e a zona do Marquês Pombal teve uma intervenção em 2012, que apostou no sistema circulação, nomeadamente na Avenida da Liberdade errado, nós levantámos esta questão na Assembleia Municipal em setembro de 2018, foi aprovada uma proposta para que fossem avaliadas as medidas tomadas desde 2012, a Câmara ficou de me enviar essa mesma informação passaram 2 anos e não recebemos nada e, portanto, a Câmara nunca fez este debate e nunca cumpriu. -----

----- Mas na verdade o que vemos agora é um valor inscrito para esta obra sem saber exatamente o que é que vai ser a obra e, portanto, parece-nos que não é rigoroso querer transferir o valor de uma determinada obra para a SRU fazer quando nem a própria Câmara, nem os Deputados Municipais, nem a cidade sabem que obra é essa.--

----- Depois sobre a zona emissões reduzidas, nós sabemos bem que já houve vários debates públicos, mas também sabemos e a Câmara afirmou-o várias vezes que iria fazer inúmeras alterações a essa mesma proposta.-----

----- Ora, nós não só não conhecemos essas inúmeras alterações como não existe nenhum projeto final e, portanto, parece-nos a nós que isto é colocar a carroça à frente dos bois. -----

----- Querer transferir uma verba para dois projetos estruturantes, como é definido na proposta, para a SRU sem saber sequer que projeto é que vão ser feitos, como é que a Câmara nos pode dizer se esse valor é suficiente ou se é insuficiente, nós não sabemos, a Câmara provavelmente também não saberá, porque, como o Senhor Presidente da Câmara disse em Reunião de Câmara iria transferir, ficaria em reserva, mas também não tem os projetos definidos e, portanto, isto é dizer tudo e dizer o seu contrário, era importante perceber afinal que projetos é que nós temos, como sabemos que eles ainda não existem não nos parece do ponto de vista do rigor e do realismo, da realidade deste proposta, que seja correto transferir uma verba para algo que não se sabe o que vai ser, como vai ser feito e, principalmente o valor que vai ser despendido nessa mesma proposta e, portanto, isto vem acentuar ainda mais a posição que o CDS tem sobre estes contratos de mandato. -----

----- Sobre estas duas novas propostas estamos a passar um cheque em branco para intervenções que nenhum de nós conhece, nem a Câmara Municipal de Lisboa nem os restantes Vereadores conhecem e isto contradiz as boas práticas de planeamento da cidade e financeiras e, portanto, iremos votar contra. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do PS Irene Lopes, e prepara a Senhora Deputada Aline Beuvink. -----

----- O PS tem 3 minutos Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todas e a todos. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista congratula-se com esta proposta e, obviamente, votará a favor da mesma, uma vez que: a proposta visa atualizar e replanear valores previstos para intervenções inscritas nos 1<sup>os</sup> e 2<sup>os</sup> contratos de mandato, celebrados com a SRU, através de aditamentos a esses mesmos contratos. -----

----- Visa também contratar intervenções que embora incluídas no Orçamento da SRU, não tinham sido incluídas nos anteriores contratos de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> geração, por não apresentarem um grau de maturidade suficiente. -----

----- É ainda de realçar a afetação de verbas que garantirão a possibilidade de execução de obras futuras, de uma forma expedita, e que certamente contribuirão para a dinamização da economia e do emprego na Cidade e no País. Obras essas que venham a ser decididas pela Câmara Municipal e cuja despesa esteja inscrita nos instrumentos previsionais do Município, com os enquadramentos orçamentais plasmados no Anexo 1 da Proposta. -----



----- Por fim, constata-se que as dotações anuais e/ou plurianuais serão ajustadas em conformidade com os contratos e sempre no limite do valor total e do respetivo prazo. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do PPM Aline Beuvink, e prepara o Senhor Deputado José Inácio Faria. -----

----- Senhora Deputada Aline Beuvink, por favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela palavra Senhor Primeiro Secretário, boa tarde a todos novamente, -----

----- Temos hoje sobre a mesa as minutas dos aditamentos aos contratos de mandato a celebrar com a Lisboa Ocidental SRU, ou seja, vamos hoje discutir sobre mais um cheque oferta de 37.56 milhões de euros ao Arquiteto Manuel Salgado, sem este cheque não seria possível ao ex-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Arquiteto Manuel Salgado, controlar as obras e ter o monopólio patrimonial da cidade de Lisboa, esta casa cuja missão principal é precisamente fiscalizar a atuação da Autarquia onde embora depois de várias sessões sobre a questão de transparência é um facto inegável que no *site* da SRU estão detalhadas todas as contratações públicas, no entanto, o que queremos perguntar é muito simples, quando os critérios aplicados na escolha de arquitetos e empresas de construção para as obras da SRU? -----

----- Faz algum sentido que a grande maioria das obras e projetos da nossa cidade passem para as mãos da SRU? Volto também a perguntar qual é o papel que nós, enquanto Deputados da cidade de Lisboa, devemos ter perante tais planos e medidas? -

----- Sem o escrutínio desta casa a SRU está à solta para fazer o que bem entender, desde que o cheque não falhe! -----

----- Por outro lado, chamamos a atenção que estas ações são programadas para o triénio 2020/2023, portanto, ao serem aprovadas, vão para além do atual mandato desde executivo municipal e podem mesmo comprometer o futuro Presidente da Câmara de Lisboa e todo o seu executivo, sem estes terem nada a ver com estes projetos e até poderem nem concordar com eles e com a visão estratégica agora definida. -----

----- Esperamos mesmo que o plano do Presidente Medina não seja o de deixar o Arquiteto Salgado com toda esta capacidade de intervenção para condicionar o próximo autarca de Lisboa. -----

----- Mas vamos ao concreto desta proposta, no ponto 6 da proposta temos a listagem das intervenções a realizar pela SRU, várias escolas, aliás, até uma escola básica no antigo Hospital Miguel Bombarda, entre outros. -----

----- Onde estão estes projetos? Como é que podemos consultá-los? Onde estão os debates e as participações públicas das associações, comissões, moradores, partidos?

E a propósito, e o Regulamento do Património? Que já foi aqui aprovado e ainda não foi publicado, porque é que ainda não o foi? -----

----- No PPM a sensação que temos é de estarem a vender e a entregar o nosso património aos poucos, a cidade que tanto gostamos está a perder-se nos meandros de uma SRU difícil de perceber e o que nos parece também é que a Câmara vende, em vez de reabilitar, e que entrega em vez de cuidar! -----

----- É assim que a Câmara Municipal deve gerir a sociedade? Não é, não é assim, estamos obviamente contra todo este processo e o PPM não passa cheques oferta ao Senhor Arquitecto Manuel Salgado! Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do MPT José Inácio Faria e prepara a Deputada Teresa Craveiro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Esta proposta visa a assumpção de compromissos plurianuais até 2025, com a atribuição de um valor total que ultrapassa os 310 milhões de euros à empresa municipal Lisboa Ocidental SRU (318 898 527,28 euros) a quem se pretende atribuir a gestão e a execução de intervenções de reabilitação urbana no âmbito da celebração com o Município de Lisboa dos quatro Contratos de Mandato relativos aos Programa Habitação a Renda Acessível, Programa Escolas e Creches, Programa Centros de Saúde e outros equipamentos e Programa Espaço Público. -----

----- Pretende-se assim através desta proposta, por um lado, aprovar a afetação de um valor muito considerável de mais de 300 milhões de euros, mais ou menos o mesmo que a Comissão Europeia, com o programa ESCALAR, vai disponibilizar através do Fundo Europeu de Investimento para apoiar investimentos de pequenas e médias empresas por toda a Europa, ou mais ou menos o mesmo que o Governo português vai disponibilizar através da linha de crédito criada com o Banco Europeu de Investimento para impulsionar a agricultura nacional, valor aquele, como dizia, para a realização de intervenções de reabilitação urbana em Lisboa, sem que os projetos em si tenham que ser apresentados ou submetidos à apreciação desta Assembleia Municipal e, dessa forma, furtar-se ao efectivo controlo e fiscalização desta Assembleia como aliás refere a proposta ao mencionar, explicitamente, e passo a citar “face à natureza da relação *in house* existente entre o Município e a Lisboa Ocidental SRU”, fim de citação, e por outro lado, para que, uma vez mais, se atribua à Sociedade de Reabilitação Urbana e ao Ex Vereador Manuel Salgado a competência para realizar o trabalho das Direcções Municipal de Urbanismo e de Manutenção e Conservação, no fundo transformando a SRU numa verdadeira direcção de projectos e obras e o Sr. Arqt. Manuel Salgado como verdadeiro Vereador do Urbanismo em Lisboa, sem ter que prestar contas a nada nem a ninguém.-----

----- A posição do Grupo Municipal do MPT relativamente à crescente atribuição de funções à SRU e, por consequência, ao esvaziamento de funções dos serviços da Câmara Municipal seja pela natureza *in house* ou *out house* do relacionamento entre as duas entidades é sobejamente conhecida, e por isso não será necessário alongar-me muito mais, apenas dizer que discordamos totalmente deste modelo de gestão. -----

----- Gostaria apenas de reforçar que me parece evidente que o investimento que tem vindo a ser feito, ao longo dos últimos anos, na SRU, poderia ter servido para dotar os serviços da Câmara Municipal de mais e melhores condições, nomeadamente através do reforço dos recursos humanos e da formação especializada, por forma a que estivessem agora, neste período de grande excepcionalidade, capacitados para dar respostas mais eficazes às necessidades do município. -----

----- Consideramos, por isso, que se tivesse havido uma séria vontade política em avançar com um maior investimento nas Direcções Municipais de Urbanismo e de Manutenção e Conservação, a existência de empresas municipais como a SRU, que apenas tem como vantagem furtar-se à fiscalização desta Assembleia, deixariam de ter razão de existir para bem da ética e da transparência, pelo que não poderemos acompanhar as intenções do executivo explanadas na proposta em análise. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Independente Teresa Craveiro, que dispõe de 3 minutos por acumulação do tempo de seis outros senhores Deputados Independentes.-----

----- Senhora Deputada Teresa Craveiro, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde outra vez. -----

----- Os Deputados Independentes votarão favor, no entanto, assiste-se aqui a um modelo de planeamento mais participado, neste momento, somos, enfim, na 3ª. Comissão e gostaríamos, de facto, que estes projetos para as próximas vindas à Câmara pudéssemos dispor, nomeadamente, do que é, por exemplo, o futuro do Miguel Bombarda, sabemos que ele está negociado para renda acessível, há aqui uma escola, há também uma museologia e toda a parte ligada à psiquiatria e arte bruta e, portanto, parece-nos um projeto suficientemente icónico importante na cidade para podermos ter conhecimento e, por isso, deixei, por outro lado, há aqui uma lista de creches sem termos, e até agora nunca o conseguimos, monitorizar a Carta das Creches, das orientações estratégicas nas creches, aprovadas em 2009, para sabermos como é o modelo demográfico atual, portanto, aquilo que desafiávamos aqui o Senhor Vice-Presidente, como representante, era que, no fundo, pudéssemos tornar aqui estes processos um pouco mais claros, participados, porque até no tempo da EPUL nós tínhamos acesso e discutíamos os projetos previamente antes de serem deliberados e feitos. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada do PEV. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira, peço desculpa, mas não tinha registado a sua inscrição.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós não temos intervenção neste ponto, nós vamos entregar Declaração de Voto. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Muito rapidamente, eu gostava de refutar, mais uma vez, duas ou três coisas que foram ditas de fundo. Eu não consigo perceber, confesso-vos, eu gosto pouco de quando as pessoas barafustam, barafustam sobre um determinado tema e depois não são consequentes! -----

----- Como é óbvio o Município de Lisboa e a Administração da SRU, de que, aliás, eu faço parte e já agora mais uma vez, teria que, quando disserem que está-se a dar dinheiro ao Vereador Manuel Salgado para ele fazer o que apetece, tenham um bocado de respeito por mim e pela e pela Inês Ucha, somos os dois administradores da SRU, e portanto, convinha que não sei se vocês estão a tentar insinuar que os meus votos e os dela, que por acaso são a maioria, valem mais do que os do Vereador Manuel Salgado, do que do Arquiteto Manuel Salgado, o Presidente do Conselho de Administração, portanto, acho inacreditável mortos que continuem a utilizar, eu compreendo, à falta de melhor, para criticar esta é uma boa crítica, no entanto é um bocadinho requentada, mas de qualquer forma é uma boa crítica e denota claramente que há falta de, estamos em confinamento, portanto, à falta de matéria vai requentar uma lá detrás, é boa. -----

----- Portanto, acho inacreditável que se venha para aqui com essa conversa, outra vez, quando a Assembleia Municipal, eu disponibilizo-me pessoalmente, mas também o Conselho de Administração certamente, para tudo aquilo que os Senhores Deputados quiserem sob o escrutínio da empresa tem os momentos próprios, ela já é escrutinada quando apresentamos contas, quando apresentamos orçamentos, cada vez que trazemos os contratos de mandato e, portanto, nós diremos de todas as outras vezes, sobre os temas que entenderem, não perderam nenhum escrutínio, a Lei confere-vos esse direito, portanto, quando quiserem saber se sobre o projeto A, B ou C, certamente que cá estaremos aqui em virtual ou em presencial, quando for possível, para vos dar todos os esclarecimentos cabais. -----

----- Agora não podem querer é que aconteça uma coisa, essa sim de péssimo planeamento e de péssima gestão, que era só inscrevermos contratualmente ou nos planos ou nos diferentes instrumentos de gestão um terminado projeto quando ele já está completamente delineado. Isso não acontece nas Empresas Municipais como não acontece na Câmara, como não acontece em lado nenhum do mundo quando se planeia bem! -----

----- Aliás, os Senhores deviam vir era com essa crítica quando nós, às vezes, felizmente, cada vez menos vezes, planeamos mal e temos que inserir, à pressa, um determinado projeto não estava nos instrumentos provisionais próprios, portanto, a mim não me parece que todas essas críticas, vão-me desculpar, mas elas não têm nenhum fundamento! -----

----- Não há nenhum fundamento na falta de escrutínio, os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa têm enviado por mim, cada vez que há novos projetos da SRU, e são feitos na SRU e são muito poucos, deixem-me dizer-vos, mas cada vez que há projetos na SRU são enviados à Câmara para os Senhores Vereadores, individualmente cada gabinete, se poderem pronunciar, levantarem as questões que entenderem e se quiserem...” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhor Vice-Presidente já excedeu o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas já agora Senhora Secretária só para terminar e, portanto, não venham com essa conversa, que essa conversa não é verdadeira, não corresponde à realidade, isto não são as intenções da pessoa A, B ou C, mesmo ela se chame Manuel Salgado, são as intenções do Município, são contratualizados pelo Município, mais, os projetos de espaço público de que os Senhores estavam a falar são projetos que vão da Câmara para a SRU para a SRU executar, de acordo com as regras que a Câmara estabeleceu. -

----- Que não concordem com o instrumento eu percebo! Que não concordem com a eficácia do instrumento eu ainda percebo melhor, porque isso vai-vos dificultar politicamente a contestação à própria existência da SRU! Agora que estejam sistematicamente a trazer à baila a questão da transparência, na minha presença, que sou administrador da SRU, e que tenho que zelar para ela é inaceitável e mais uma vez, e mais uma vez lhes repito, quando quiserem sobre qualquer projeto chamem-nos que nós aqui estaremos para prestar todos os esclarecimentos que entenderem para além daqueles que já prestamos nos momentos que a Lei consagra. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----

----- Senhor Presidente não tenho mais inscrições.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos então proceder à votação da Proposta 176/CM/2020.” -----

----- **Proposta 176/CM/2020**, votos contra do PSD/ CDS-PP/ PCP/ PAN/ PEV/ MPT/ PPM/ Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenções dos Deputados(as) Municipais Independentes: Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho e Raul Santos e votos a favor do PS/ BE/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco e Teresa Craveiro. **A Proposta 176/CM/2020 foi aprovada por maioria.** -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes não participou na apreciação e votação desta Proposta por ter solicitado escusa.** -----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *“Na 107ª reunião plenária da Assembleia Municipal de Lisboa realizada no dia 19 de Maio de 2020, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes votou contra a Proposta nº 176/2020, por considerar o seguinte:-----*

----- *A CML argumenta que a referida proposta se reporta a aditamentos às minutas de anteriores Contratos de Mandato a celebrar com a Lisboa Ocidental SRU, mais os respectivos compromissos plurianuais, justificando-os com a necessidade de ajustamento aos cronogramas, aos valores das intervenções e às novas intervenções em habitação, centros de saúde, escolas e espaço público.-----*

----- *Como Os Verdes já referiram por diversas vezes, desde a sua criação em 2004, a SRU tinha como objecto social a gestão de operações de reabilitação urbana localizadas na sua área de intervenção. Porém, esta área vai hoje muito para além da inicialmente definida, tendo a SRU passado a incorporar nas suas atribuições a possibilidade de executar intervenções em qualquer lugar da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da cidade, de que para tal fosse encarregue pela CML.-----*

----- *Posteriormente, assistimos a um verdadeiro processo de esvaziamento das atribuições da CML, tendo a empresa passado a ter um novo Conselho de Administração, mas menorizando-se a discussão prévia por parte dos órgãos municipais eleitos. Acresce o facto de dos seus 69 trabalhadores, 24 se encontrarem com contrato de trabalho a termo.-----*

----- *Os Verdes têm vindo a afirmar que não acompanham este alargamento do âmbito territorial da SRU Ocidental, nem a nível estatutário e de direcção, nem funcional, nem para intervenções alargadas um pouco por toda a cidade. Face ao que temos vindo a defender, consideramos que os projectos delegados na SRU são demasiado estruturantes para que a CML se desvincule de pensar e construir uma cidade integrada e participada.-----*

----- *Consideramos mesmo que até estará em causa a primazia do interesse público, fruto de procedimentos de contratação externa de prestação de serviços, com projectos e obras a serem assumidos sem uma discussão municipal antecipada, em que nem os eleitos da AML nem a CML conhecem os projectos, pelo que o PEV não pode passar um cheque em branco.-----*

----- *Assim, como Os Verdes não se reveem nesta orgânica, mantendo reservas sobre o Acordo-Quadro para a empresa, não podemos anuir com a Proposta, tendo votado em conformidade com anteriores posições do GM-PEV.”-----*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora vamos passar ao ponto 3, Recomendação 107/01.” -----

----- **RELATÓRIO SOBRE A AUDIÇÃO PÚBLICA SOBRE “SOLOS CONTAMINADOS: PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO E REMEDIAÇÃO DOS SOLOS” (4ª CP) - (SUBSCRITO PELA 4ª COMISSÃO PERMANENTE) - APRECIACÃO DO RELATÓRIO SOBRE A AUDIÇÃO PÚBLICA SOBRE “SOLOS CONTAMINADOS: PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO E REMEDIAÇÃO DOS SOLOS”;** -----

----- **PONTO 3 - RECOMENDAÇÃO 107/01 (4ª CP) RESULTANTE DO RELATÓRIO DA 4ª COMISSÃO PERMANENTE RELATIVA À AUDIÇÃO PÚBLICA SOBRE “SOLOS CONTAMINADOS: PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO E REMEDIAÇÃO DOS SOLOS” - (SUBSCRITA PELA 4ª COMISSÃO PERMANENTE) - APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 107/01 (4ª CP), RELATIVA À AUDIÇÃO PÚBLICA SOBRE “SOLOS CONTAMINADOS: PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO E REMEDIAÇÃO DOS SOLOS” (4ª CP) REALIZADA NO DIA 16 DE JANEIRO DE 2020, NA SEQUÊNCIA DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 004/PEV/2019 APROVADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2019, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO;** -----

----- (O Relatório sobre a Audição Pública sobre “*Solos Contaminados*” fica anexada a esta ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 107/01 fica anexada a esta ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passo a palavra ao Senhor Primeiro Secretário para dar a palavra para as intervenções.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dou então a palavra aos Senhores Relatores Sobreda Antunes e José Inácio Faria, se quiserem fazer a apresentação do Relatório. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós procedemos ontem à nossa inscrição por *email* para fazer a inscrição para a apresentação do Relatório sobre este tema. -----

----- Ora então muito boa-tarde de novo. -----

----- A realização da Audição Pública a que reporta o presente relatório foi submetida ao plenário da AML através de uma Proposta do Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”, tendo a sua organização sido promovida pela 4ª Comissão Permanente. -----

----- A justificação para a pertinência da Audição radicava no facto de a cidade de Lisboa conter áreas com solos contaminados, resultantes de actividades económicas que haviam gerado um lastro industrial poluente, pelo que se tornava urgente proceder à requalificação e reabilitação desses solos, como forma de evitar riscos futuros para as pessoas e o ambiente. -----

----- Por um lado, o GM proponente considerou que os solos constituíam um importante recurso, representando a sua contaminação um grave perigo para a saúde pública e para o ambiente, tendo destacado que, apesar de o projecto legislativo relativo à lei PRoSolos ter estado em processo de consulta pública, esta lei continuava sem ser aprovada. -----

----- Por outro, porque já em anteriores debates realizados nesta AML haviam sido aprovadas, por unanimidade, várias medidas a serem executadas pela CML, mas que também tardavam em serem apresentadas. -----

----- Do debate realce-se a convergência de entendimento presente em todas as intervenções de convidados, do público e dos deputados, que partilharam a preocupação pela problemática dos solos contaminados na cidade de Lisboa, e de onde resultaram várias sugestões que poderão contribuir para uma maior justiça e transparência ambientais. -----

----- Merece ainda ser destacado que este relatório foi aprovado por unanimidade de todos os GM. Neste contexto, recomenda-se à CML que: -----

----- 1 - Contribua para o Compromisso para com o Crescimento Verde, também no contexto de Lisboa Capital Verde Europeia 2020. -----

----- 2 - No âmbito do projecto PRoSolos, defina valores de referência para o solo a utilizar em Avaliações Exploratórias ou para efeitos da Remediação do Solo. -----

----- 3 - Inventarie e divulgue a lista de locais potencialmente contaminados, incluindo onde funcionaram postos de abastecimento de combustíveis, determinando que, para as operações urbanísticas que impliquem escavações, seja obrigatória uma avaliação prévia sobre a eventual contaminação. -----

----- 4 - Para a Remediação de Solos contaminados tenha como objectivos fundamentais: i) a protecção da saúde pública e do ambiente e ii) a reabilitação do local afectado de forma a possibilitar o uso futuro do solo em condições ambientalmente favoráveis. -----

----- 5 - No redesenvolvimento dos terrenos afectados, tendo em vista a instalação de empreendimentos habitacionais, obrigue ao estabelecimento das condições necessárias para a realização desses empreendimentos, impondo e fiscalizando o tratamento da contaminação, de modo a travar os processos de transferência de poluentes e limitando assim os custos ambientais da remediação. -----

----- 6 - Defina limiares de aceitabilidade e de não aceitabilidade de risco para a saúde humana e ou para o ambiente, para efeitos da Avaliação Detalhada. -----

----- 7 - Exija e acompanhe a emissão de Declarações de Risco de Contaminação do Solo e de Certificados de Qualidade do Solo, em cada etapa do processo, permitindo conhecer, em cada momento, o estado de um determinado solo. -----



----- 8 - No âmbito da transmissão do direito de propriedade do solo, defina disposições que acautelem o interesse das partes e da qualidade de vida e do bem-estar comum dos cidadãos e do ambiente em geral. -----

----- 9 - Disponibilize informação, de carácter ambiental e prevenção do risco sobre as obras em curso na cidade, na página interactiva do Município, viabilizando a consulta no seu portal a todos os interessados. -----

----- 10 - Garanta o acompanhamento destas matérias e respectivas deliberações pelas 3ª e 4ª Comissões Permanentes, enviando informação periódica a esta AML. -----

----- Mais se deliberou recomendar para que a CML diligencie pela:-----

----- 11 - Aprovação do Projecto Legislativo relativo à Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos - PRoSolos. -----

----- 12 - Constituição de uma Comissão Interdisciplinar Técnica e de Acompanhamento da Gestão das Obras no Concelho de Lisboa. -----

----- Para concluir, recorde-se que todas estas recomendações foram aprovadas por unanimidade na 4ª Comissão Permanente. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado. -----

----- Pergunto ao Senhor Deputado Relator José Inácio Faria se quer usar da palavra.” -

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- No passado dia 16 de janeiro, realizou-se nesta Assembleia a audição pública subordinada ao tema solos contaminados, prevenção da contaminação, e remediação dos solos na sequência de uma proposta submetida pelo Grupo Municipal do PEV, como já foi sublinhado pelo colega Sobreda Antunes. -----

----- Antes de passar à apresentação deste relatório, a que, aliás, como acabei de dizer, já foi apresentada pelo colega do PEV e que completarei apenas nalguns pontos, que nós, partes, gostaria em primeiro lugar saudar a iniciativa do PEV, como não podia deixar de ser, pela promoção de uma sessão de esclarecimento sobre um assunto que claramente carecia de visibilidade, e em segundo lugar agradecer à Presidência da 4ª Comissão Permanente, na pessoa do seu Presidente Deputado Luís Newton ter-me indicado para ser um dos correlatores deste relatório que muito me honrou e me deu imensa satisfação preparar em parceria com o Colega Sobreda Antunes, a quem também desde já quero agradecer a excelência do seu trabalho e a troca de conhecimentos que comigo quis partilhar para a elaboração do texto final. -----

----- Agradecimentos à parte, aproveito para referir que tendo sido um dos participantes diretos na elaboração deste relatório irei apenas intervir nesta primeira parte da apresentação do relatório deixando para as restantes forças políticas o tempo de intervenção e debate, dada a escassez de tempo. -----

----- Como nota prévia, não posso deixar de lamentar que nesta audição pública, que se demonstrou altamente esclarecedora do impacto prático da falta de uma legislação clara e adequada na identificação e gestão de solos contaminados, a Câmara Municipal de Lisboa tenha primado pela ausência.-----

----- Nesta audição pública tivemos sim o privilégio de contar com o contributo de um painel altamente qualificado, constituído pela APA, pela Zero, pela Associação das Empresas Portuguesas para o Setor do Ambiente e pela Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública. -----

----- A intervenção que deu origem à elaboração deste relatório e foi objeto da referida audição pública, decorreu no Parque das Nações, no âmbito das obras de ampliação do Hospital CUF Descobertas e foi, se bem se recordarão, caso de destaque da comunicação social e que não faltaram motivos para justificar que esta Assembleia Municipal tivesse que intervir, senão vejamos, a presença naquela área de intervenção de compostos voláteis evidenciada por um intenso cheiro que levou inclusivamente à mudança de residência de alguns moradores da área circundante, foi a manifestação mais evidente de um problema ambiental e de saúde pública de maiores proporções.---

----- Localizada nas imediações dos terrenos da antiga Petrogal, estes solos sofreram claramente um processo de descontaminação deficiente, constituindo um risco para as pessoas, mas também para os ecossistemas envolventes, tendo-se verificado a confirmação da contaminação das águas subterrâneas com benzeno e hidrocarbonetos totais de petróleo, e mesmo quando o problema foi denunciado às autoridades competentes essas não estavam dotadas das ferramentas necessárias para dar uma resposta eficaz por falta de legislação específica que previsse a forma de atuação nestes casos. -----

----- A verdade é que os terrenos contaminados do Hospital da CUF Descobertas foram no último ano o caso mais mediática de trazer à superfície na cidade de Lisboa, mas que infelizmente não é exclusivo desta cidade, uma vez que se trata de um problema transversal a todo o território nacional. -----

----- Caros colegas, os testemunhos prestados durante a audição pública, corroboraram a opinião generalizada, como já foi também mencionado pelo Sobreda Antunes, pelo colega Sobreda Antunes, de que não existe um plano de ação eficaz, tanto na identificação como no tratamento deste tipo de resíduos, o que não só contraria a estratégia europeia de proteção do solo, como potencia a ocorrência de catástrofes ambientais e coloca em risco a saúde pública de todos nós e é por tudo isto que o MPT quer enfatizar a necessidade urgente que tirar da gaveta o projeto legislativo designado Pro Solos, prevenção da contaminações dos solos cujo projeto se iniciou em 2015 e que passados 5 anos, carece ainda de aprovação. -----

----- Conscientes de que a proposta de lei para os solos tem como objetivo implementar um sistema de controlo da venda de terrenos potencialmente contaminados através da emissão de um certificado de qualidade do solo por parte da entidade vendedora de um terreno, de forma a identificar e a responsabilizar as entidades que estão na origem das situações de contaminação do solo, não

conseguimos entender a razão para o atraso na aprovação deste importante documento.-----

----- Consideramos urgente o transitar de uma postura reativa para uma abordagem preventiva e mais transparente, isto é, responsabilizando os proprietários dos terrenos de forma a evitar a intervenção do Estado em processos de remediação dos solos contaminados e os custos associados.-----

----- Por último, gostaria de salientar, diante as recomendações emanadas, que foram amplamente mencionadas pelo Deputado Sobreda Antunes, estas recomendações emanadas do relatório elaborado e agora apresentado, a necessidade de se definir valores limites da aceitabilidade do risco para a saúde humana e ou para o Ambiente e a inventariação e divulgação de uma lista de locais potencialmente contaminados, determinando que para as intervenções que impliquem escavações seja obrigatória uma avaliação prévia sobre a eventual contaminação. -----

----- E termino Senhor Presidente, desejando que o debate seja tão enriquecedor quanto possível e que os contributos das restantes forças políticas possam contribuir para um melhor esclarecimento da opinião pública sobre esta questão dos solos contaminados, que não é, como disse há pouco, não é só na cidade de Lisboa, mas transversal a todo o país, infelizmente, e para o fortalecimento uma vontade política municipal e nacional que pugne pela defesa da saúde dos portugueses em geral e dos lisboetas em particular.-----

----- Muito obrigado, penso que é tudo.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Para este ponto da ordem de trabalhos, eu tenho as inscrições dos Senhores Deputados Miguel Santos, Hugo Gaspar, Cláudia Madeira, Margarida Penedo, Juan Alegre, Graciela Simões e Luís Newton, sendo assim, dou a palavra ao senhor deputado do PAN Miguel Santos e prepara-se o Senhor Deputado Hugo Gaspar. Miguel Santos por favor e tem 3 minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário.-----

----- Quanto a esta recomendação emanada da 4ª comissão, e aprovada por unanimidade, lembramos que o PAN trouxe a esta assembleia municipal, a 10 de setembro de 2019, uma recomendação com 4 propostas deliberativas, que referia precisamente no seu primeiro ponto, e citamos:-----

----- «Crie uma comissão permanente para o acompanhamento das intervenções em terrenos suscetíveis de terem solos contaminados no concelho de Lisboa, com a academia, composta no mínimo por elementos da Câmara Municipal de Lisboa, da Junta de Freguesia ou Juntas de Freguesia abrangidas, da Agência Portuguesa do Ambiente, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) e da Delegação de Saúde, sendo ainda recomendável a

integração de grupos de cidadãos e organizações não governamentais ligadas às áreas do ambiente, da cidadania e da natureza.-----

----- Convém recordar que esta proposta foi aprovada por maioria, com os votos contra do PS e a abstenção de 6 independentes! -----

----- Ora, se na sequência da proposta de deliberação trazida a 16 de novembro, e da audição pública sobre Solos Contaminados, que decorreu a 16 de janeiro deste ano neste fórum, bem como do relatório emanado pela referida 4ª comissão, esta recomendação vá agora, entre outros, no sentido que propusemos inicialmente, só podemos acompanhar.-----

----- A questão da lei dos solos, que se arrasta há demasiados anos, fundamental para o país e não só Lisboa, é toda uma novela que inquieta os cidadãos e que pode ter em muitos casos implicações na saúde pública. -----

----- Recordamos as palavras do Engº Rui Berkmeier, em representação da associação ZERO, na referida audição, que entre outros exemplos referia a questão dos antigos solos da zona oriental da cidade, onde foi a Expo-98, e actual parque das nações, sobre a necessidade de, numa perspectiva futura, ser da maior importância que funcionasse uma comissão de acompanhamento de gestão de obras no concelho de Lisboa, tendo estranhado que alguns grupos municipais não tivessem contribuído para aprovar uma recomendação da AML para avançar no sentido de criar a dita comissão.-

----- Se este documento puder acelerar a constituição de uma comissão de acompanhamento técnico, independentemente do nome que tenha, só podemos dizer que mais vale tarde do que nunca!-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do Partido Socialista Hugo Gaspar e prepara a Senhora Deputada Cláudia Madeira. -----

----- Hugo Gaspar por favor tem 3 minutos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, caros colegas Deputados. -----

----- Espero que todos aqueles que participam em mais uma sessão da Assembleia Municipal, bem como todos aqueles que a tornam técnica e administrativamente possível estejam bem. -----

----- Primeira nota digna de destaque é o trabalho feito por esta Assembleia Municipal no sentido de prestar informação clara, inequívoca e factual sobre a questão da prevenção da contaminação e remediação dos solos, quer neste quer de outras matérias há sempre quem queira produzir ruído, especulação, fantasia e muita demagogia e tentativas toscas e facilmente desmontáveis de distorcer a verdade dos factos, a manipulação de byte reduzido tem obviamente os seus resultados, muitos quererão extrapolar estes resultados para pequenas questiúnculas partidárias, que

assim seja, a Assembleia Municipal de Lisboa decidiu debater sobre os solos contaminados em Lisboa e em boa hora o fez, como a 4ª. Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, operacionalizar este debate e reunir as principais conclusões sobre o mesmo, partimos todos de uma posição unânime, os solos constituem importantes recursos, representando a sua contaminação um grave perigo para a saúde pública e para o ambiente. -----

----- O grupo municipal do PS considera que os objetivos foram plenamente atingidos, ainda que existam posições que temem em meter-se inflexíveis, o PS com uma missão progressista e permanente em diálogo dá especial relevância à transparência efeitos que o Município de Lisboa tem feito na área ambiental.-----

----- Outro sistema de visão ortodoxa e absolutamente inclinada para apenas um único plano de discussão e abordagem. -----

----- Queremos destacar a qualidade e a diversidade dos representantes que foram chamados a pronunciar-se sobre este debate e em conjunto com os contributos que os diversos municipais deram, resultou num debate muito produtivo e positivo. As conclusões e recomendações que 4ª. Comissão apresenta em resultado deste debate adequam-se à Cidade que será Capital Verde Europeia 2020. -----

----- Consideramos de extrema importância que Lisboa possa continuar para a contribuir para o crescimento verde. É necessário passar das palavras aos atos, quando temos vindo a ser progressivamente confrontados com sinais de crise climática, de degradação e escassez de recursos hídricos e perda da biodiversidade, defendemos também que se possa olhar um pouco mais através da perspetiva que é por vezes refém das crenças ideológicas de alguns oradores destes debates. -----

----- As oportunidades económicas e de geração de emprego associadas ao crescimento verde, parece-nos também pertinente que sejam definidos os valores de referência para o solo a utilizar em avaliações exploratórias ou para efeitos de remediação do solo, e cremos que os mesmos já se encontram devidamente publicados no guia técnico de Valores de Referência para o Solo no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente. -----

----- Uma questão de experiencia e de cessar o alarme social pode ser causado por mecanismos históricos de desinformação, concordamos com a inventariação e divulgação de locais especialmente contaminados, temos aliás informação que a Camara Municipal de Lisboa, em parceria com a Universidade Nova de Lisboa já está a desenvolver um estudo que permite a identificação georreferenciada de áreas de concessão de solos exponencialmente contaminados com base no histórico da sua ocupação.-----

----- Por fim duas últimas notas sobre as duas últimas Recomendações, a primeira diz respeito para que a Camara Municipal de lisboa diligencie para a aprovação do projeto legislativo relativo à prevenção e contaminação e remediação dos solos, que nesta fase nos parece fazer uma vez que a diligencia já está a ser a ser efetuada pela Camara Municipal.-----

----- Por fim, não obstante algumas diferenças de perspetiva sobre o mesmo problema e que são próprias da vivência democrática, o trabalho feito no âmbito deste debate foi

meritório e acrescentou valor à cidade de Lisboa, por tudo isto o Partido Socialista votará a favoravelmente a presente proposta. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do PEV, Cláudia Madeira, e prepara Deputada Margarida Penedo. -----

----- Senhora Deputada Cláudia Madeira tem 3 minutos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada e boa tarde Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- O tema dos solos contaminados tem merecido uma intervenção permanente e empenhada por parte de Os Verdes, porque falamos de um problema ambiental e de saúde pública que é preciso resolver. -----

----- A audição pública sobre esta matéria permitiu ter uma noção mais clara do problema que afecta Lisboa e chegar a um conjunto de recomendações que acabam por expressar não só as nossas preocupações como as das associações e dos cidadãos que se pronunciaram e, por essa razão, estamos de acordo com o que é apresentado no relatório. E também não podemos deixar de lamentar a ausência da CML nessa iniciativa. -----

----- Sabemos que devido à pandemia pode haver dificuldades acrescidas, mas isso não pode ser desculpa para o ambiente ser negligenciado, muito menos quando Lisboa é a Capital Verde Europeia e a CML, em relação à contaminação dos solos, tem responsabilidades de fiscalização e o PDM é muito claro sobre o que deve ser feito. ---

----- As recomendações que apreciamos vêm reforçar as várias propostas que temos trazido à AML, mas que tardam em sair do papel, e agora é preciso que sejam efectivamente concretizadas. O plano das intenções e o jogo do empurra entre as diversas entidades competentes apenas vão prolongar este grave problema, pelo que continuaremos a denunciar estas graves situações para lhes pôr termo rapidamente. ---

----- Podemos dar o exemplo da lista de locais potencialmente contaminados, recordando que já em 2017, enquanto decorria a polémica do Hospital CUF Descobertas e do Campo das Cebolas, Os Verdes propuseram um debate de actualidade de onde resultaram recomendações que continuam por concretizar, onde se inclui a elaboração e divulgação desta lista. E é isto que não pode continuar a acontecer. -----

----- Também não se pode continuar a adiar a exigência da publicação da lei ProSolos, assim como a constituição de uma comissão interdisciplinar que acompanhe a gestão das obras no concelho. Andamos de anúncios em anúncios, mas precisamos de medidas concretas e a Câmara não se pode pôr de fora. -----

----- Outro aspecto essencial, pelo qual nos temos batido, é a disponibilização de informação clara e atempada à população, algo que tem falhado. As populações

precisam de poder confiar e ter a certeza que o princípio da precaução é concretizado. Não pretendemos alarmismos, mas a informação devida às populações. -----

----- Salientamos também que as diligências que entretanto foram tomadas pela AML, não significam que a CML não precisa de responder aos nossos requerimentos e aproveitamos para relembrar que alguns aguardam resposta há bastante tempo, assim como aguardamos o envio da documentação requerida. -----

----- Por fim, reforçamos que é de saúde pública e de ambiente que falamos, e não pode haver margem para facilitismos nem os interesses económicos se podem sobrepor à segurança e qualidade de vida dos cidadãos e, como este assunto está, infelizmente, longe de estar resolvido, as Comissões de Ambiente e Qualidade de Vida e de Urbanismo devem acompanhar de perto os desenvolvimentos. Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do CDS, Margarida Penedo, e prepara a deputada Joana Alegria.-----

----- Deputada Margarida Penedo, por favor, tem 3 minutos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente.-----

----- Eu queria começar por relembrar que no debate que deu origem a esta Recomendação, portanto, o debate sobre o tratamento de solos contaminados não esteve ninguém da Câmara Municipal de Lisboa, o que diz alguma coisa sobre as suas prioridades, este debate estava agendado com bastante antecedência.-----

----- Depois disto o CDS vai votar a favor, respeitando a aprovação por unanimidade que foi verificada na Comissão, no entanto, o CDS gosta pouco de proibições e de obrigações, que estão sempre na ponta da caneta dos decisores públicos, sobretudo os menos capazes, porque é fácil, basta uma caneta e uma assinatura, basta um papel com uma assinatura no fim, mas isto não substitui uma política e, portanto, torna-se bastante inconsequente e às vezes até prejudicial, por isso, o CDS nalguns destes pontos do documento gostaria de ver algumas alterações.-----

----- No ponto 3 vou dizer como é que o CDS gostava de o ver redigido: “que a Câmara Municipal de Lisboa inventarie e divulgue a lista dos locais potencialmente contaminados, incluindo onde funcionaram postos de abastecimento de combustível, determinando que esta informação seja mapeada e integrada nas plantas de condicionantes e deve distinguir cuidados especiais para as operações urbanísticas que impliquem escavações.-----

----- No ponto 5, no desenvolvimento dos terrenos afetados tendo em vista a instalação de empreendimentos habitacionais, comerciais ou todos os outros altamente frequentados por pessoas, estabeleça procedimentos tipificados, impondo e fiscalizando o tratamento da contaminação de modo a travar os processos de transferência de poluentes e limitando assim os custos ambientais.-----

----- No ponto 9, disponibilize informação de carácter ambiental e prevenção de risco sobre as obras públicas em curso na cidade na página interativa do Município viabilizando a consulta no seu ponto no seu portal a todos os interessados. -----

----- As obras particulares serão igualmente acompanhadas e fiscalizadas pelo Município, mas a sua privacidade deve ser contida e respeitada. -----

----- Quanto ao ponto 12, não nos parece necessário mais uma Comissão, porque sabemos que a Câmara Municipal de Lisboa tem técnicos preparados e capazes, basta estabelecer procedimentos internos, os departamentos e divisões da Câmara têm de conversar, interagir e trabalhar uns com os outros. Muito obrigada. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Joana Alegre, dos Independentes, e prepara a Senhora Deputada Graciela Simões.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Joana Alegre (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente, Boa tarde Membros da Mesa e demais colegas. -----

----- Os deputados independentes do Movimento dos Cidadãos por Lisboa acompanham as conclusões e recomendações do relatório da 4ª Comissão e aproveitamos para afirmar a este propósito a seguinte preocupação: -----

----- Considerando a experiência inovadora e científica da forma como no passado se desenvolveu o Plano de descontaminação dos solos para o Parque da Expo com operações em áreas territoriais de indústria obsoleta, identificadas no Plano de 1994 e os aterros na coroa periférica, gostaríamos de ver clarificado e confirmado se de facto a Câmara Municipal de Lisboa planeia desenvolver a descontaminação dos solos na cidade de Lisboa em respeito e aplicação integral do art 25º do Plano Director Municipal no que concerne e citando: -----

-----“1 — Nas áreas onde, tendo em consideração, nomeadamente, atividades poluentes preexistentes, existam indícios de que os solos se encontram contaminados com substâncias de risco para a população e para o ambiente, com possibilidade de afetação de aquíferos e aquíferos, é obrigatório proceder a uma avaliação da respetiva perigosidade. -----

----- 2 — Em caso de comprovada situação de risco é obrigatória a elaboração e execução de um plano de descontaminação dos solos e reposição da salubridade, o qual deverá anteceder qualquer intervenção urbanística.”-----

----- Esperamos que esteja devidamente aprovada uma actuação no estrito cumprimento deste artigo, mais ainda numa desejável estreita e forte articulação entre a Administração Central e os respectivos Pelouros do Urbanismo e do Ambiente para o município de Lisboa. E é isto, muito obrigada e boa tarde.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----



----- Tem a palavra a Senhora Deputada do PCP Graciela Simões, e prepara o Deputado Luís Newton.-----

----- Senhora Deputada Graciela Simões tem 3 minutos. Está com dificuldades a Senhora Deputada Graciela Simões e sendo assim darei a palavra ao Senhor Deputado Luís Newton e depois à Senhora Deputada Graciela Simões quando ela estiver disponível.-----

----- Senhor Deputado Luís Newton, por favor. Também não responde o Senhor Deputado Luís Newton.-----

----- Deputada Graciela Simões. Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores.-----

----- Longe da vista não pode significar longe do coração! O debate à volta da contaminação dos solos traduz muitas vezes o que poderia ser a apatia dos decisores da cidade sobre uma matéria que para uma maioria da população lisboeta poderia não ser tangível, porém os solos contaminados na Cidade de Lisboa revestem-se de uma maior urgência na sua análise detalhada, pelo que agora refletimos é muito mais do que a situação atual. O que agora refletimos é sobre os desafios que temos para o futuro e a grande conclusão é que, afinal, todos estamos juntos para corrigir os erros do passado, conforme, aliás, se pode constatar pela unanimidade gerada na 4ª. Comissão.-----

----- Este sentimento não pode ser apenas uma declaração de princípios, deve ser uma estratégia a longo prazo, mas com iniciativas no imediato, para o qual os que a Câmara Municipal de Lisboa desenvolva um plano de ação que vise não só assegurar que intervenções futuras não contribuam para o aumento da continuação dos solos, mas também para começarmos a recuperação de um dos mais importantes, porém, muitas vezes esquecido, recurso da nossa cidade, essa estratégia é que trará a verdadeira dimensão de uma Lisboa Capital Verde. Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Deputado.-----

----- Eu pergunto se a Senhora Deputada Graciela Simões já está em condições de intervir. Parece-me que não.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda Tiago Ivo Cruz, que dispõe de 3 minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- No seguimento das intervenções que já temos tido nesta Assembleia sobre este assunto nós afirmamos o nosso apoio a esta Recomendação, nomeadamente nos pontos 11 e 2, a aprovação do projeto legislativo para a prevenção da contaminação dos solos, isto é um problema antigo que nós já debatemos, a MotaEngil sabia

perfeitamente as obrigações legais que tinha para com a CCDR e com a Câmara Municipal de Lisboa, e não as realizaram simplesmente para poupar dinheiro.-----

----- Na Moção que a Reunião de Câmara aprovou em 2017, bem como a Recomendação da Assembleia Municipal motivaram num relatório do Vereador Manuel salgado sobre a matéria e 3 anos depois não se aprendeu nada, não há mapa dos solos contaminados e não há lei que proteja as populações. Disse.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Mantendo-se a impossibilidade da intervenção da Senhora Deputada Graciela Simões pergunto à Câmara Municipal de Lisboa se quer intervir? O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, o Vereador Ricardo Veludo, por favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Boa tarde Senhores Deputados.-----

----- Então eu queria começar por dizer que é com muita satisfação que se verifica este interesse geral que os Senhores Deputados das várias forças políticas sobre este tema fundamental em matéria de ambiente, que é a questão da contaminação dos solos, e por essa razão sentimo-nos bastante acompanhados nesta preocupação e seguramente iremos dar passos consistentes no sentido de garantir a segurança e a proteção do ambiente na cidade de Lisboa.-----

----- Relativamente à proposta que estamos a debater com esta Recomendação, concordando na generalidade com a sua finalidade concreta, eu creio que há aqui de certa forma uma necessidade de esclarecimento e espero poder contribuir para isso, porque uma parte substancial dos pontos que aqui são referidos são matérias que não são das atribuições e da competência da Câmara Municipal de Lisboa, nem do Município de Lisboa, e portanto eu iria ver uma por uma, sendo que há aqui alguns pontos que eu creio que são muito positivos e que seguramente procuraremos corresponder a essa expectativa e a esse apelo da Assembleia Municipal.-----

----- Em primeiro lugar em relação à questão do contributo para o crescimento verde na Lisboa-capital europeia, eu creio que a cidade de Lisboa e o Município em concreto tem tomado medidas objetivas para não só assumir na sua gestão interna esses compromissos ambientais, que temos vindo a divulgar no âmbito da capital verde e não só, quer na contratação pública, quer no urbanismo e em todas as áreas da Câmara, como temos estimulado e divulgado também compromissos assumidos por várias empresas âmbito, portanto, estamos completamente de acordo e estamos a implementar essa matéria.-----

----- Relativamente ao ponto 2 da Recomendação, relativamente ao projeto para os solos, esse projeto de lei já existe, algumas das recomendações que aqui aparecem já estão vertidas nesse projeto de lei e o Município contribuiu a com sugestões em

concreto para esse efeito e há um conjunto de normas, que é o guia técnico de valores de referência para o solo, que também já consta desse próprio projeto de lei.-----

----- Depois relativamente à questão da inventariação e divulgação dos lugares com potencial risco já num debate anterior aqui tido na Assembleia Municipal, nós manifestámos a total disponibilidade e concordância para se disponibilizar a informação relativa aquilo que possam ser análises em concreto feitas ao solo e que tenham tido como resultado informação sobre contaminação dos solos, para que seja do conhecimento geral, mas, mais do que isso eu creio que seria interessante nós contribuirmos para montar o sistema de informação que permita não só tomar as decisões mais adequadas como um controle público e dos Senhores Deputados sobre esta matéria.-----

----- Para terminar dizer que nos parece ser de acolher o sentido da proposta de disponibilizados no *site* do portal da Câmara Municipal de Lisboa, no site de Lisboa Interativa, onde se possa indicar as operações urbanísticas que foram licenciadas com um plano de descontaminação de solos que, como sabem é licenciada essa matéria pela CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, não é uma competência da Câmara Municipal de Lisboa, e por outro lado, havendo disponibilidade para as autoridades ambientais utilizarem a base de dados com as análises que tenham disponíveis e todo o licenciamento que elas fazem em matéria de descontaminação de solos e disponibilidade para as incorporar e, portanto, o sentido geral é de que acompanhamos as preocupações, na generalidade são recomendações que não se inscrevem no âmbito das atribuições do Município e em relação à divulgação de informação temos toda a disponibilidade para trabalhar em conjunto e disponibilizar essa informação. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhor Presidente não tenho mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu pedia um esclarecimento ao Senhor Deputado Luís Newton, presidente da 4ª. Comissão, relativamente a esta Recomendação 107/01, eu penso que a informação que eu tenho é que ela foi aprovada por unanimidade na Comissão, portanto, é esta a Recomendação que eu vou passar a votar, eu queria esclarecer, mas o Senhor Deputado Luís Newton pode esclarecer melhor, eu queria dizer relativamente às propostas da Senhora Deputada Margarida Penedo que efetivamente, quando muito poderia votar em separado alguns artigos desta recomendação, mas nem sequer esse pedido não foi formulado pelo CDS, neste momento a Comissão não tem possibilidade de alterar a sua própria Recomendação, quanto muito poderia ter havido a apresentação em tempo oportuno de propostas de alteração a alguns artigos da Recomendação em Comissão.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente nós em Comissão tivemos essa oportunidade, eu presido à 4ª. Comissão, portanto, nós no âmbito da avaliação deste documento tivemos essa oportunidade, aliás, ainda antes deste no âmbito da 4ª. Comissão nós temos oportunidade de debater este parecer e, portanto, e aliás, alegra-me poder, obviamente, constatar a unanimidade que se gerou à volta dele, e até mais do que a unanimidade o próprio entusiasmo e, portanto, nestas matérias o que me parece particularmente relevante é que se possa votar aqui o documento que foi apresentado. Já noutra âmbito eu quero também, já agora, no âmbito da 4ª. Comissão, mas aqui no âmbito da Assembleia, dizer que eu tenho aqui alguma dificuldade em poder fazer uma avaliação justa das propostas da Senhora Deputada, o que ela fez na intervenção dela foi, portanto, ela leu e nós não tivemos tempo de captar, aliás, confesso até que fomos um bocadinho surpreendidos com propostas na sua intervenção, e aqui, se calhar, eu lançava um apelo que pudéssemos não votar estas propostas agora, até para não as prejudicar, porque não tivemos tempo de as analisar, se poderia ser isto convertido num documento adicional que nós pudéssemos votar atempadamente noutra sessão Senhor Presidente-----

----- Já agora se me permite, agora já não estou a falar na qualidade de Presidente da 4ª. Comissão, aqui já na qualidade de líder de bancada, se calhar, faria este apelo para não prejudicar as propostas, que são certamente bem-intencionadas e de boa-fé da Senhora Deputada, mas que da forma como foram introduzidas e tendo em conta hoje em dia as limitações da operação do próprio funcionamento da Assembleia, me parecem, enfim, que podiam sair prejudicadas na sua análise. É só.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Relativamente a esta matéria só posso por à votação a Recomendação 107/01 porque mais nenhuma proposta entrou a horas no sentido de ser posta sequer a alteração, Portanto, iria votar a Recomendação 107/01 pura e simplesmente.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente há uma interpelação à Mesa por parte da Deputada Cláudia Madeira, interpelação à Mesa tem prioridade.” -----

----- **A Senhora Deputado Municipal Carla Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Sim, obrigada, e muito brevemente era mesmo só para fazer uma interpelação neste sentido, entretanto, eu penso que o assunto tenha ficado resolvido, só para lembrar também a Mesa que essas recomendações foram aprovadas na Comissão no dia 12 de março, aprovadas por unanimidade e foram enviadas atempadamente para os grupos municipais e, daí havendo também esta sugestão, é os grupos municipais podem sempre antes da Assembleia Municipal apresentar recomendações sobre aquilo que vai estar em discussão na Ordem de Trabalhos, caso não concordem a 100%, mas efetivamente isso não aconteceu, portanto, a sugestão dos Verdes era que a Mesa colocasse à votação precisamente as Recomendações que estão em cima da mesa.-----

----- Quanto muito, e se o CDS pedir, que se faça a votação com alguns pontos autónomos. Era só isso, obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente tenho neste momento quatro pedidos de inscrição, não sei se os posso aceitar, do Deputado Diogo Moura, da Deputada Margarida Penedo que pretende responder, do Deputado José Inácio Faria e da Deputada Graciela Simões.” --

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu penso o seguinte, é preciso ver a que título é que pedem a palavra pura e simplesmente.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente a Deputada Margarida Penedo quer responder ao que foi dito, os restantes limitaram-se a registar a inscrição, o Deputado José Inácio Faria pede a palavra na qualidade de Relator, portanto, penso que estes dois têm necessariamente se intervir. -----

----- Para já dou a palavra à Deputada Margarida Penedo.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Secretário e Senhor Presidente, eu só queria dizer que nós não pedimos a votação por pontos, vamos votar o documento na sua globalidade e que estas alterações à redação, que eu mencionei na nossa intervenção, não pretendem alterar nada neste documento em concreto, mas sim deixarmos umas propostas para reflexão no futuro, portanto, da nossa parte não há qualquer perturbação àquilo que estava previsto nos trabalhos. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----

----- Deputado José Inácio Faria por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra enquanto relator fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Eu no fundo já foi aqui também dito pela Cláudia Madeira e eu que este documento, na verdade é que este documento foi posto a circular pelos grupos municipais por todos os Senhores Deputados, foi objeto de análise, foi objeto de votação, o CDS esteve presente na reunião da 4ª Comissão Permanente, votou favoravelmente, exatamente o documento que, neste momento, está a ser submetido à nossa interpretação, portanto, não faz sentido agora retirarmos o documento e eu obviamente que neste momento, se é para reflexão futura dos pontos da Senhora Deputada Margarida Penedo, pois nós concordamos inteiramente: Agora retirar, ou, eventualmente o CDS não entende e pretende também não votar ponto por ponto,

também poderia ser uma opção, mas, de facto, retirar como foi sugerido pelo Presidente da 4ª Comissão Permanente, eu acho de todo que não faz qualquer sentido.-  
----- Estamos a falar da última reunião relativamente a este relatório, que aconteceu há precisamente dois meses atrás, portanto, muito poderia ter sido feito até agora, acho que se deve manter a Ordem de Trabalhos como está e que foi inclusivamente aprovada na última reunião da Conferência de Representantes, se bem me recordo Senhor Presidente. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Eu não sei a que que título é que o Senhor Deputado Diogo Moura quer usar da palavra? Por favor. Não está.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “A interpelação à Mesa era no sentido de perguntar para onde foi enviado esse convite relativamente ao debate que eu não cheguei a receber no meu gabinete e para informar a Assembleia, em especial a 3ª. e a 4ª. Comissões que tem todo o interesse e disponibilidade em fazer o aprofundamento do debate sobre a descontaminação dos solos em Lisboa e as medidas em concreto que se inscrevem dentro do âmbito das atribuições da Câmara Municipal e, portanto, era para pedir esse esclarecimento e para pedir para ser informada a 3ª. e a 4ª Comissão desta minha disponibilidade. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente eu tenho aqui, é o que diz a intervenção da Deputada Graciela Simões, que é um erro já que ligou ou sem esse que com ou sem ligação e que pede para intervir, posso resolver isso? Ele é alguém que ficou possibilidade de intervir na altura.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bem eu penso que, Senhor Primeiro-Secretário, eu penso que se houve uma questão técnica com alguma benevolência pode-se ainda deixar intervir porque se ainda tem tempo, mas é evidente que é excepcional este procedimento.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Deputada Graciela Simões, tem três minutos por favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos, obrigada Senhor Presidente pela compreensão e a todos os outros colegas Deputados e não só. -----

----- Queria antes de mais saudar a iniciativa do PEV, felicitar os Relatores pelo trabalho elaborado neste relatório/recomendação dado esta matéria, tao importante,

que desde 2016 que se mantem a discussão sobre esta matéria por demais importante para nada ter acontecido em termos concretos que clarifique responsabilidade e proteja as populações. -----

----- A gestão dos resíduos pode não ser atribuição da CML, mas a Câmara faz parte da Comissão Técnica constituída com várias entidades com responsabilidades nesta área. -----

----- Em 2015 terminou a consulta pública referente à legislação que ainda não foi publicada; em 2016 foi elaborado um relatório sobre a referida consulta pública que foi tornado público em 2019; em 2017 foi aprovada na CML uma Moção com recomendações que não foram aplicadas; -----

----- Com base na falta de legislação: -----

----- Tem existido movimentação e encaminhamento de solos contaminados perigosos ou não, alguns com produtos cancerígenos, sem licenciamento atribuídos; -----

----- têm sido depositados em locais que não estão preparados para os receber, possibilitando a infiltração de produtos perigosos no solo e lenções freáticos, águas subterrâneas, o que, acontecer será um grave problema de saúde pública dado os efeitos na saúde; -----

----- não tem havido procedimentos eficazes de vigilância e acompanhamento por falta de conhecimento atempado de obras que são da responsabilidade da CML, aquando do seu licenciamento; -----

----- tem existido contaminação do ar com problemas de saúde e do ambiente; -----

----- tem havido utilização de solos contaminados para arranjos paisagísticos que analisados são de grande perigosidade para as populações mediante os produtos químicos neles contidos; -----

----- tem existido a drenagem de águas contaminadas para colectores de águas pluviais ou da CML; -----

----- Durante todos estes anos que se tem discutido uma legislação que tarda em sair, as populações de vizinhança e principalmente os trabalhadores das várias obras e desaterros correram riscos que ninguém controlou ou parece não incomodar; -----

----- Perante esta situação gritante de desresponsabilização sobre a saúde da comunidade, na falta de responsabilidades clarificadas, afirmamos que o interesse dos grupos económicos se tem sobreposto aos receios, aos riscos e ao interesse da população no desejo de usufruir uma cidade mais saudável. -----

----- O PCP demonstra preocupação em relação ao País estar a receber produtos de países da EU com vários riscos ambientais, a médio ou longo prazo. -----

----- A CML não esteve presente durante a Audição Pública o que demonstra um afastamento do problema e pelo menos não temos observado ações que se tenham mostrado eficiente e/ou eficazes que contrariem a falta de legislação. -----

----- Em relação a Lisboa, nada do que foi dito é compatível com uma Capital Verde Europeia. Obrigada mais uma vez pela vossa compreensão.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Deputada Graciela Simões. -----

----- O Senhor Deputado Luís Newton pede a palavra a propósito da intervenção do Senhor Vereador, mas eu não sei se o PSD tem tempo ainda! -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, enquanto presidente da 4ª. Comissão Permanente, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Presidente não é o PSD, é a 4ª. Comissão. O Senhor Vereador colocou uma questão, quero dizer que o e-mail com que estou registado na Assembleia Municipal resulta da inerência que tenho como Presidente de Junta na Assembleia Municipal, portanto, é natural que diga “Presidente, Estrela”. Não Senhor Secretário, o Senhor Presidente teve aqui agora uma intervenção que eu diria que agora aqui até é oportuna porque nos vai permitir de alguma forma procurar algum esclarecimento, porque, de facto, não é hábito e nem tem sido normal no funcionamento da Assembleia Municipal, nomeadamente nas sessões públicas para as quais o Município é convidado, a ausência dos Vereadores ou daqueles em quem os Vereadores delegaram a presença nessas mesmas sessões e, portanto, este é um tema que foi suscitado agora pelo Senhor Vereador que, aliás já tinha sido suscitado no passado por nós e pela 4ª. Comissão, estranhámos, de facto, a ausência do Senhor Vereador nessa sessão, assim como da ausência do representante da Vereação, porque na altura foi indicado um representante dessa Vereação, que acabou também por não aparecer. -----

----- Portanto, não quero acreditar obviamente que o Senhor Vereador esteja aqui a pôr em causa o funcionamento dos serviços da Assembleia Municipal que são os que tratam deste agendamento e, portanto, deste nestes contactos, mas, de facto, é importante que se possa esclarecer com detalhe o que aconteceu porque foi, de facto, uma situação inédita e importa que não se venha a repetir.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente da 4ª. Comissão Permanente. -----

----- A Senhora Deputada Cláudia Madeira tem uma interpelação à Mesa.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Obrigada. Para recordar que a propósito desta situação da ausência da Câmara Municipal na audição pública numa Conferência de Representantes, enquanto estava a elaborar o relatório da audição pública o PEV solicitou que face à ausência da Câmara nessa iniciativa a Mesa pudesse tentar clarificar a razão desta não participação **para** poder constar do relatório e também por uma questão de transparência e de justiça, para não estarmos constantemente também a acusar a Câmara de não estar presente nesta iniciativa e parece que efetivamente não esteve, é uma realidade, mas para tentarmos perceber o que é que se passou, se houve aqui alguma falha ou da Assembleia Municipal ou na Câmara Municipal, ou dentro da Câmara ou de um Vereador para o outro e, portanto, os Verdes fizeram esta solicitação numa reunião da Conferência de Representantes, a realidade é que até à data não nos chegou a essa informação e nós efetivamente gostávamos que a situação ficasse esclarecida para não estarmos constantemente aqui a repisar neste assunto, e era para deixar também esta este esclarecimento e também para apelar que se houver esse esclarecimento, essa



clarificação, que era importante que fosse dado mesmo que o Relatório já esteja fechado. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu antes de proceder à votação, gostava de, sem querer abrir aqui qualquer debate sobre a matéria, pois faremos essa informação por escrito, efetivamente dizer o seguinte, eu estive presente nessa audição pública, efetivamente foi verifiquei que havia a indicação duma pessoa na Mesa, que supostamente representaria a Câmara, que não esteve presente. -----

----- A informação que eu tenho, mas julguei que a Comissão também a tinha e que efetivamente essa comunicação não funcionou, porque efetivamente a pessoa em causa não foi mandatada, nem nunca para estar presente, portanto, não poderia ser representante do Município. Portanto, eu como não faz parte da Comissão julgava que esta informação era clara, que efetivamente a pessoa indicada não foi contactada devidamente e não sabia sobre que lhe foi marcada falta, mas não estava nem podia ser representante da Câmara e, portanto, houve aí um mal-entendido no que diz respeito à representação, mas eu agora também não tenho aqui elementos para poder ser mais preciso, mas gostava de referir isso, a questão em causa perfeitamente manifestou isso e, de facto, e diz que houve ali lapso no contacto, eu não sei agora em pormenor, mas não deixarei de enviar uma informação precisa à Comissão.-----

----- Julgava que este assunto estava esclarecido no interior da Comissão, mas como não está efetivamente assim se fará, para que não haja equívocos e também para que efetivamente seja feita justiça, de qualquer forma queria sublinhar que a Câmara hoje neste debate esteve representada pelo Senhor Vereador Ricardo Veludo que fez a intervenção que entendeu, como já tem estado noutras matérias relativamente a este a esta matéria de solos contaminados. -----

----- De presente que efetivamente já na Assembleia Municipal, também já o disse em sessões públicas que interveio sobre esta matéria, mas sobre a outra questão irei procurar que a Comissão, como verifico ainda não está esclarecida, seja devidamente esclarecida para que não me continue a haver equívocos sobre esta matéria.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Há mais um pedido de interpelação à Mesa Senhor Presidente, estamos sempre a ser interpelados. -----

----- Senhor Presidente da Estrela faça favor. “ -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Eu então perante o esclarecimento do Senhor Presidente fico então a aguardar essa informação e dispensei então a interpelação.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Há também a interpelação do Senhor Deputado José Inácio Faria, mas eu não sei se ele tem tempo disponível.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Partido da Terra não falou.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então tem.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, eu só chamo a atenção que é verdade que o Partido da Terra não falou, mas eu peço que para a boa condução dos trabalhos que os partidos façam como é curial e habitual, façam as suas intervenções a tempo da Câmara, nomeadamente que também tem interesse em esclarecer as suas posições, que possa fazer quando intervém, é evidente que não falou, pode falar, mas não é o curial, digamos, que se tenha deixado de ouvir numa altura em que a Câmara já não pode dar qualquer esclarecimento. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (PEV)** no uso da palavra enquanto relator fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu não ia intervir, como disse no início da minha apresentação sobre o relatório, mas só para esclarecer e é curtíssimo e não precisa de resposta da Câmara, obviamente, só para esclarecer no seguimento das palavras da Colega Cláudia Madeira, que gostaria de acrescentar que a audição sobre solos contaminados em Lisboa foi largamente publicitada, largamente publicitada na comunicação social, nós tivemos jornalistas, tivemos público, tivemos entidades ali presentes, várias e, portanto, a Câmara Municipal de Lisboa se não recebeu a comunicação, o convite para estar presente diretamente ou indiretamente, eventualmente poderia ter estado presente a assistir, mas seja como for a Câmara através agora do Senhor Vereador Ricardo Veludo, tem acompanhado e acompanhou antes, não esteve presente na audição, lamentamos, mas agora passar à frente e penso que este assunto está arrumado. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bem, eu não vou insistir, mas só queria referir que não é a questão da Câmara, havia concretamente uma pessoa que é da Câmara, mas não é de um gabinete como Vereador, que não é o Vereador que estava indicado lá no painel, e quanto a isso é que parece-me que o que o terá havido erros de comunicação, eu mandarei de qualquer forma esse esclarecimento por escrito para que não se esteja, não vale a pena voltarmos a esta questão. -----

----- Vamos neste momento, vamos passar à votação da Recomendação 107/01, da 4ª Comissão.”-----

----- **Recomendação 107/01 (4ª. C P)**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM, e dos Senhores (as) Deputados (as) Independentes Paulo Muacho, Patrícia Gonçalves, António Avelãs, Teresa Craveiro, Joana Alegre, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rui Costa, Rodrigo Mello Gonçalves e Raul Santos. **A Recomendação 107/01 (4ª. C P) foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto Senhores Deputados, chegámos ao fim da nossa Reunião, está esgotada a Ordem de Trabalhos dentro daquele horário que eu tinha pré-anunciado. -----

----- Vamos terminar esta Sessão, muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou, eram dezassete horas e trinta e cinco minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----O PRESIDENTE -----